

**Impresso  
Especial**

9912290136/2012-DR/PR  
IPARDES

...CORREIOS...

**IPARDES**  
**40**  
a n o s

# Análise Conjuntural

## IPARDES

ISSN 0102-0374

Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

Curitiba, v.35, n.3-4, março/abril 2013

### sumário

- 3 POLÍTICA ECONÔMICA E ESTAGFLAÇÃO  
Gilmar Mendes Lourenço
- 7 GASTO PÚBLICO E AJUSTE MACROECONÔMICO  
Julio Takeshi Suzuki Júnior e Francisco José Gouveia de Castro
- 10 BRASIL: CÂMBIO, CRESCIMENTO E AS TRANSAÇÕES GLOBAIS DE COMÉRCIO  
Francisco José Gouveia de Castro
- 13 O MERCADO BRASILEIRO DE MÁQUINAS AGRÍCOLAS  
Guilherme Amorim
- 15 A PRODUÇÃO INDUSTRIAL PARANAENSE NO PRIMEIRO BIMESTRE DE 2013  
Ana Sílvia Martins Franco
- 18 A INDÚSTRIA DE CELULOSE E O INVESTIMENTO DA KLABIN  
Patrícia Adriana Ostapechen Krüger
- 20 PARANÁ - DESTAQUES ECONÔMICOS  
Guilherme Amorim
- 22 ECONOMIA PARANAENSE - INDICADORES SELECIONADOS

**GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ**

CARLOS ALBERTO RICHA - Governador

**SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL**

CASSIO TANIGUCHI - Secretário

**INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL**

GILMAR MENDES LOURENÇO

*Diretor-Presidente*

EMILIO KENJI SHIBATA

*Diretor Administrativo-Financeiro*

JULIO TAKESHI SUZUKI JÚNIOR

*Diretor do Centro de Pesquisa*

DANIEL NOJIMA

*Diretor do Centro Estadual de Estatística*

**ANÁLISE CONJUNTURAL**

FRANCISCO JOSÉ GOUVEIA DE CASTRO *(Editor)*

**Equipe**

ANA SILVIA MARTINS FRANCO *(Economista)*

GUILHERME AMORIM *(Economista)*

PATRÍCIA ADRIANA OSTAPECHEN KRÜGER *(Economista)*

CASSIANO CORRÊA DE OLIVEIRA *(Estagiário de Economia)*

**EDITORIAÇÃO**

MARIA LAURA ZOCCOLOTTI *(supervisão editorial)*

CLAUDIA ORTIZ *(revisão de texto)*

LÉIA RACHEL CASTELLAR *(editoração eletrônica)*

MARIA ROSA DAVIN *(normalização bibliográfica)*

STELLA MARIS GAZZIERO *(projeto gráfico)*

A economia brasileira confirmou, no primeiro quadrimestre de 2013, o delineamento de uma situação de estagflação, definida pela combinação entre modestas taxas de expansão do PIB, incluindo a retração da indústria, e o ressurgimento de tensões inflacionárias. Em não sendo obra do acaso, o episódio não pode ser imputado exclusivamente a interpretações manipuladas pela mídia de declarações oficiais ou à anomalia da dupla "tomate e cebola".

Na realidade, a ratificação da estagnação da economia e o incômodo retorno da marcha crescente da inflação no País, acima da maioria dos parceiros globais, vêm sendo alicerçados, desde julho de 2012, pela absoluta falta de consistência da coreografia de estabilização, resumida na frágil articulação entre as entidades gestoras, particularmente o Banco Central (BC) e o Ministério da Fazenda, notadamente a Secretaria do Tesouro Nacional que, recentemente, anunciou dissociação dos resultados das contas públicas da dívida e imediata vinculação à evolução do PIB.

Mesmo que a guerra não esteja irremediavelmente perdida, é prudente reconhecer que a condução macroeconômica, por parte do Palácio do Planalto, provocou avarias consideráveis no sistema, cujos consertos exigem providências que ultrapassam o receituário tradicional, assentado predominantemente na prescrição e administração das taxas de juros, principalmente no tocante ao controle da inflação.

Até porque a variação de preços de 6,6% em doze meses até março de 2013, mensurada pelo índice de preços ao consumidor amplo (IPCA), do IBGE, não somente ficou mais distante do elevado centro da meta de 4,5% ao ano, fixado pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), como conseguiu superar o elástico teto de 6,5% a.a.

Apesar da postura tecnicamente correta, assumida pelo BC entre agosto de 2011 e o terceiro trimestre de 2012, escapando da liturgia conservadora dos mercados financeiros, o restante da administração econômica jogou contra o patrimônio ao cometer uma sucessão de erros e aplicar medidas parciais, que, nas circunstâncias atuais, impedem até o conhecimento da adequada dimensão do fenômeno inflacionário que se deseja combater e, o que é pior, da sua verdadeira motivação (demanda, custos ou inércia).

Entre os principais erros oficiais, destacam-se a retórica contida na cruzada nacional pela diminuição do preço do dinheiro, capitaneada pela Presidente da República, como se fosse possível "reduzir os juros no berro"; a ampliação da oferta de crédito ao consumo, em detrimento do investimento, via multiplicação das linhas subsidiadas das agências públicas; o acréscimo dos dispêndios públicos correntes, acoplado ao ciclo eleitoral de 2012 e à necessidade de montagem de retaguardas políticas para o pleito de 2014; e a preservação da indexação real do salário mínimo, baseada em critérios de variação defasada do produto e não na evolução da produtividade corrente do trabalho.

Conforme levantamentos do BC, o crédito ao setor privado no Brasil passou de 23,8% do PIB em março de 2003 para 49,3% em março de 2012 e 53,9% em março de 2013. No ano findo em março de 2013, as carteiras dos bancos públicos cresceram 29%, contra 7,1% dos privados, com o peso oficial no total chegando a 48,7%. Ademais, o Tesouro Nacional concedeu subsídios totais de R\$ 88 bilhões, no biênio 2011-2012, quando são agregados custeio agropecuário, marinha mercante, programa de sustentação de investimentos (PSI) e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

No que se refere ao BNDES, houve, a partir de 2008, a alocação de mais de R\$ 18 bilhões, em empréstimos e aportes de capital, para a formação de "campeões nacionais", em cumprimento à estratégia de estimular a realização de fusões e aquisições, e a internacionalização de companhias, escolhidas pela instituição por critérios pouco conhecidos. Algumas delas, como Marfrig e Lácteos Brasil mergulharam em lodaçais financeiros de difícil superação em médio prazo.

\* Economista, diretor-presidente do IPARDES.

No campo das providências pontuais implementadas pelo governo, emergem os empacotamentos em série de incentivos tributários e tarifários, começando pela desoneração seletiva – transitória, com viés eternamente prorrogável – do imposto sobre produtos industrializados (IPI) para veículos, eletrodomésticos, móveis e materiais de construção; passando pela troca da cobrança do INSS patronal da folha de salários para a incidência sobre o faturamento, dirigida a um conjunto de ramos econômicos, e a redução dos encargos federais sobre a fatura de energia elétrica; incorporando a eliminação dos tributos da União sobre os produtos da cesta básica; e encerrando com a isenção da cobrança do PIS/COFINS nas operações com etanol.

Mesmo que promovam alívio quase que imediato no curso ascendente dos preços, por uma única vez, esses ingredientes exprimem pouca eficácia na indução de acréscimos encorpados e duradouros na oferta agregada, amparados nos investimentos. Ao contrário, a perda de ímpeto de crescimento da arrecadação (2,3% no primeiro trimestre de 2013), decorrente das renúncias de tributos, em clima de resistência à baixa das despesas governamentais (que subiram 11,5% nos três primeiros meses do ano), vem incitando flexibilizações na meta oficial de superávit primário (3,1% do PIB) e/ou a realização de malabarismos contábeis, abrindo flancos para o recrudescimento da inflação de demanda pela vertente do déficit público.

Essa alteração estrutural na estratégia fiscal do governo, amparada nos jogos contábeis, que retiraram do cálculo os investimentos e as desonerações e passaram a ignorar alguns rombos das finanças de estados e municípios, fez o saldo primário anual declinar de 2,4% do PIB, em dezembro de 2012, para 1,7% em março de 2013. Embora a dívida líquida do setor público brasileiro represente 33% do PIB, o passivo bruto, que incorpora os subsídios e as manobras da contabilidade criativa, equivale a 68,5% do PIB, o dobro das nações emergentes, exigindo como contrapartida um fardo tributário de 37% do PIB, contra 28% dos emergentes e 22% dos asiáticos.

---

*Desde o segundo semestre de 2012, o BC insistia que o repique de preços no Brasil repousava, em grande medida, em um choque de oferta internacional*

---

Rigorosamente, desde o segundo semestre de 2012, o BC insistia no diagnóstico de que o repique de preços no Brasil repousava, em grande medida, em um choque de oferta internacional, marcado pelos contínuos saltos das cotações mundiais dos alimentos, que atingiram o pico no mês de agosto, reflexo das intempéries climáticas acontecidas nos Estados Unidos, Argentina e Brasil, e da própria continuidade do crescimento ainda acelerado da demanda dos emergentes, particularmente China e Índia.

Presentemente, o surto exógeno está praticamente esgotado, com os valores das *commodities* alimentares situando-se em níveis mais de 10% inferiores aos do ápice de 2012, afetados decisivamente pela notável produção brasileira de grãos, que deve suplantar 184 milhões de toneladas e ficar 10,8% acima da registrada em 2012, segundo a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).

Ainda na área alimentar, destaca-se a escalada dos preços dos hortigranjeiros, explicada pela queda de produção e produtividade das lavouras, causada por fatores climáticos, particularmente o excesso de calor e de chuvas na primavera e verão brasileiros, e pelo declínio da área plantada, por conta da vigência de cotações de comercialização menos animadoras nas safras anteriores, caso típico das vedetes representadas pela cebola, batata inglesa e tomate, que demonstraram altas de 76,1%, 97,3% e 122,1%, respectivamente, em doze meses encerrados em março de 2012.

Porém, ficaram de fora, ou ao menos foram negligenciados, da apreciação das autoridades econômicas, sobretudo da Fazenda, os focos domésticos de demanda, custos e automáticos de disseminação das pressões inflacionárias. Mais precisamente, as instâncias do executivo federal não vêm dispensando a atenção merecida às curvas diametralmente opostas exibidas pelas variáveis produtividade e salários reais médios do setor industrial. Enquanto os ganhos de eficiência das atividades fabris têm expressado variação anual nula, os

rendimentos médios dos trabalhadores vêm crescendo a taxas aproximadamente 6,0% acima da inflação.

Por certo, tal evento evidencia pressões na matriz de despesas das organizações, que, em estágios imediatamente subsequentes, tendem a ser repassadas aos preços finais ou provocar compressão das margens de lucro. A intensificação da competição interempresarial, propiciada pela liberação comercial, em circunstâncias de vagarosa expansão da demanda interna brasileira, vem neutralizando a válvula de escape da transferência do acréscimo de custos aos preços. Já a inevitável redução dos lucros vem interferindo negativamente nas decisões de investimentos e, por consequência, na oferta, emprego e capacidade de formação de renda pela via salarial no futuro.

A raiz dessa anomalia está no ambiente de insuficiência de mão de obra, em praticamente todos os níveis, com ênfase para aqueles segmentos mais exigentes em preparação, treinamento e qualificação para o exercício de funções com maior grau de complexidade técnica. O desnível está associado a fatores estruturais, sintetizados no descaso com a educação fundamental e profissionalizante e na diminuição da disponibilidade de população jovem no mercado de trabalho, resultado da conjugação entre dinâmica demográfica, especialmente a queda nas taxas de fecundidade e natalidade, e firme recuperação da renda familiar.

Esse último trunfo, por seu turno, amparado na estabilização da inflação, na política de valorização do salário mínimo e na proliferação dos programas oficiais de transferência de renda, acaba por desobrigar os integrantes dessa categoria da pirâmide social de se transformarem, de maneira precoce, em força laboral, estimulando-os a prosseguir ou intensificar sua escolarização. No entanto, a natureza virtuosa do emprego e dos salários também ajuda a explicar a propagação da inflação nos serviços, predominantemente naqueles desprovidos de concorrência externa.

Outro lacuna inflacionária relevante na interpretação e ação do governo reside na multiplicação das despesas atreladas à ineficiente infraestrutura e logística brasileiras, em face do deficiente planejamento, crônico retardo da realização e precária gestão dos investimentos públicos, fato agravado pela enorme burocracia e pelas despesas incrementais com as morosas e complexas negociações entre executivo e legislativo, na maioria dos assuntos em pauta.

Acrescente-se a incapacidade ou desinteresse de criação de um espaço institucional para abrigar a participação do setor privado em empreendimentos voltados à desobstrução dos gargalos e ampliação e modernização da malha rodoviária, ferroviária, portuária e aeroportuária, entre outros itens da rede de capital social básico. Por se tratar de empreendimentos de longo prazo de maturação, requerem rentabilidade adequada, segurança contratual e regulação transparente, estável, essencialmente técnica e desaparelhada politicamente.

Essa distorção tornou-se mais evidente com o apreciável atraso no escoamento da safra de grãos e de produtos agroindustriais, redundando em casos de suspensão de contratos por alguns compradores internacionais de soja, notadamente chineses (um cliente cancelou o carregamento de 33 navios, substituindo-o por fornecimento argentino), e, o que é pior, em declínio multiplicado de geração de renda nos diferentes elos da cadeia produtiva liderada pelo setor rural.

---

*O custo do frete do agronegócio brasileiro em 2013 deve superar em quatro a cinco vezes o dos Estados Unidos e da Argentina*

---

Por estar subordinado essencialmente à malha rodoviária, o custo do frete do agronegócio brasileiro, estimado em US\$ 100 por tonelada em 2013, deve superar em quatro a cinco vezes o dos Estados Unidos e da Argentina, dependendo da região de procedência da matéria-prima, contra cerca de duas vezes em 2003. Sem contar que o déficit nas estruturas de armazenagem vem transformando os caminhões em autênticos depósitos rodantes.

Há também a influência da valorização da taxa de câmbio, que se, de um lado, represa os sintomas inflacionários com o barateamento das importações, de outro, propicia a subida dos custos médios das empresas, em razão da ampliação da ociosidade das plantas, ou até

da desativação de linhas inteiras de produção, determinada pela compressão da competitividade das exportações e troca de oferta interna por externa.

Não por acidente, o País registrou déficit de US\$ 67 bilhões (2,9% do PIB) nas contas externas em doze meses terminados em março de 2013 – *versus* US\$ 54,2 bilhões ou 2,4% do PIB para o ano fechado de 2012 –, o maior desde 2002, não compensado pela entrada líquida de investimentos estrangeiros diretos (IEDs), que chegou a US\$ 63,6 bilhões em igual intervalo, sendo mais da metade assentada em recursos voláteis como carteira de ações, títulos de renda fixa, empréstimos, linhas interbancárias e financiamentos de curto prazo.

Outro vetor de aceleração de preços nada desprezível corresponde à insuficiência de estímulos não populistas à educação, criatividade, inovação, ciência e tecnologia, itens imprescindíveis ao adensamento, modernização e maximização da eficiência da estrutura produtiva do País, resultando em maior oferta de produtos qualitativamente superiores e detentores de potencial de competição e ocupação de frentes dos mercados interno e internacional.

Nesse contexto, a nova onda de majoração dos juros básicos da economia brasileira, deflagrada pelo Comitê de Política Monetária (COPOM) do BC, na reunião de 17 de abril de 2013, ao mudar o patamar da Selic de 7,25% ao ano (vigente desde outubro de 2012) para 7,5% a.a., serve apenas para elevar as despesas financeiras do governo e deixar, na melhor das hipóteses, as decisões de investimento do setor privado em compasso de espera, o que comprometerá a oferta potencial.

Mais que isso, a pronunciada passividade da política fiscal e de crédito, e a apreciação cambial sobrecarregam o eixo dos juros da estratégia monetária e mantém intactos os elementos irradiadores da inflação.

# GASTO PÚBLICO E AJUSTE MACROECONÔMICO

Julio Takeshi Suzuki Júnior\*

Francisco José Gouveia de Castro\*\*

Diante das reduzidas taxas de crescimento do PIB nacional, a política econômica da atual gestão federal tem sido amplamente criticada. Apesar disso, infelizmente, muitas das avaliações negativas incorporam defesas de soluções fáceis e inviáveis, talvez por desconhecimento, ingenuidade e/ou mero desejo de conquistar a simpatia do público.

Não raramente, sob a justificativa da premência da aceleração do crescimento, são apresentados receituários que pregam, de forma concomitante, manutenção da flexibilização monetária, expansão fiscal e câmbio favorável à competitividade industrial, sem levar em conta os riscos de desequilíbrios, como os de ordem inflacionária, as atuais restrições impostas pelo mercado de trabalho e a própria contradição entre tais ações econômicas. Mais precisamente, a despeito da correta leitura da necessidade de alteração da matriz econômica vigente, diversas propostas de mudança pecam nas considerações sobre um novo *mix* entre juros, taxa cambial e gasto público, dada a inexequibilidade dos arranjos apontados.

Especificamente em relação aos dispêndios governamentais, não obstante a expansão fiscal sugerida pelo baixo crescimento, a opção mais coerente seria um maior controle das despesas, de modo a estabelecer condições para um câmbio mais depreciado, cuja efetivação exige contrapartidas, sem grandes movimentos de restrição por parte da política monetária. Em outras palavras, a implementação de uma combinação econômica menos desfavorável à poupança doméstica, com a redução do excesso de consumo sobre a capacidade produtiva, incluiria medidas fiscais opostas à expansão da absorção interna, suavizando as pressões inflacionárias que inevitavelmente ocorreriam em um processo de ajuste cambial a favor do setor produtivo, sem impor a tarefa exclusivamente à taxa de juros. Apesar dos efeitos impopulares no curto prazo, os ganhos derivados dessa transição são inquestionáveis em um longo horizonte temporal, como é possível constatar empiricamente.

Para se ter uma referência, mesmo que limitada, do peso da administração pública em termos de massa salarial e, conseqüentemente, do controle praticável da demanda familiar pela via do contingenciamento do montante das remunerações do setor público, os rendimentos dos trabalhadores em regime estatutário representaram mais de 20% do total dos recebimentos dos empregados do País em 2011, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). A partir das estatísticas da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), atinge-se, como proporção do total de pagamentos referentes às ocupações formais, o elevado percentual de 36% dos salários pagos pelas instituições e entidades de natureza pública, também no ano de 2011, incluindo todos os poderes e as esferas administrativas, além das empresas estatais.

Cabe colocar ainda que o setor público apresenta menor eficiência produtiva, levando-se em conta o volume de salários. De acordo com dados das Contas Nacionais Anuais, mesmo respondendo por 29% do total das remunerações dos empregados, a administração pública brasileira, em uma delimitação setorial um pouco distinta das outras duas acima mencionadas, representa apenas 12,5% do valor da produção global. Somente a título de comparação, as empresas não financeiras, com participação de 57,5% no montante das remunerações, são responsáveis por 67% do valor da produção do total da economia.

Diante disso, pode-se afirmar que uma eventual ampliação do deslocamento de recursos do setor privado para o setor público, objetivando especialmente o custeio governamental ou as transferências diretas a indivíduos, significaria restrição adicional ao potencial de oferta do País, uma vez que a poupança e o investimento são realizados preponderantemente pelo

\* Diretor do Centro de Pesquisa do IPARDES.

\*\* Economista, Coordenador do Núcleo de Macroeconomia e Conjuntura do IPARDES.

segmento não estatal, a despeito dos efeitos virtuosos sobre o consumo dos citados desembolsos públicos.

Adicionalmente, é pertinente citar a importância nesse processo de um gerenciamento mais rigoroso da trajetória dos gastos previdenciários. Em 2012, o pagamento dos benefícios da Previdência Social equivaleu a 7,2% do PIB, superando largamente, por exemplo, a marca de 6,3% do PIB anotada em 2003. Como se sabe, além da presente questão relativa a um novo arranjo macroeconômico, a alteração da dinâmica de crescimento dessas despesas é necessária diante da perspectiva de longo prazo de comprometimento da solvência do sistema de aposentadorias e pensões, decorrente, entre outros fatores, da queda da taxa de fecundidade e da elevação da esperança de vida dos brasileiros.

Enfim, não há dúvida quanto ao caráter primordial do controle do consumo familiar e governamental na promoção do binômio poupança/investimento, que, por sua vez, assegurará crescimento prolongado. Tanto é assim que os países com as maiores taxas de expansão do PIB apresentam, pela ótica da despesa, estruturas econômicas mais voltadas à formação bruta de capital fixo e ao setor externo, reservando espaço menor para o consumo final, comparativamente à composição do produto brasileiro.

Tendo como exemplo os BRICS, verifica-se que a China vem conciliando elevadas taxas de investimento e pronunciados resultados positivos no âmbito externo, em oposição à África do Sul e Brasil, caracterizados pelo alto peso das despesas das famílias e da administração pública no total da economia, cabendo à Rússia e Índia posições intermediárias, com participações do consumo final no PIB inferiores a 70% (tabela 1). Isso posto, não surpreende a diferença, no período 2002-2011, entre a taxa média anual de crescimento da China (10,7%) e as variações anotadas pela África do Sul (3,6%) e Brasil (3,9%), sendo esses dois últimos suplantados ainda pela Rússia (4,7%) e Índia (8,1%).

TABELA 1 - COMPOSIÇÃO DO PRODUTO INTERNO BRUTO PELA ÓTICA DA DESPESA - GRUPO DOS BRICS - MÉDIA DO PERÍODO 2002-2011

PAÍS	PARTICIPAÇÃO NO PIB (%)				
	Despesa de Consumo Final		Formação Bruta de Capital Fixo	Setor Externo	
	Consumo das famílias	Consumo da adm. pública		Exportação de bens e serviços	Importação de bens e serviços
Brasil	60,3	20,4	17,8	13,1	12,1
Rússia	50,2	17,9	20,5	31,1	21,6
Índia	57,9	11,3	31,9	21,1	25,0
China	36,7	13,5	42,3	32,0	27,0
África do Sul	61,2	20,1	19,0	29,5	30,3

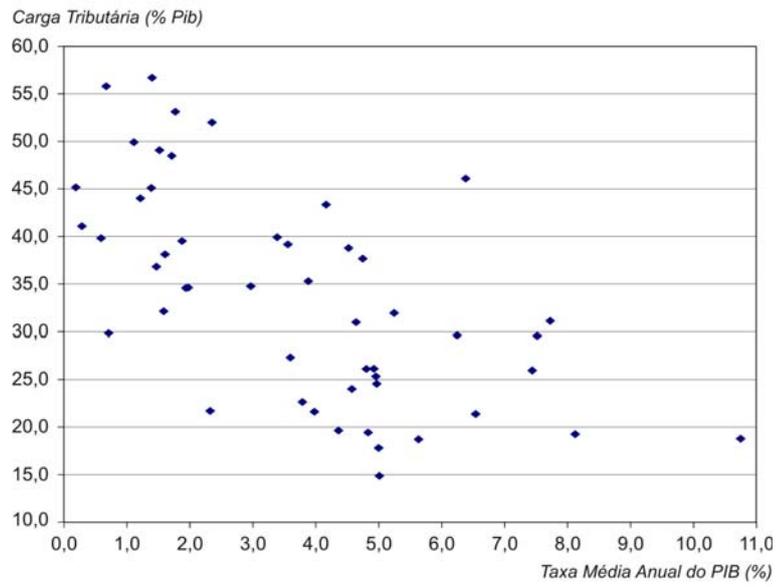
FONTES: FMI, ONU

NOTA: Em razão da não apresentação da variação dos estoques, a totalização das participações não atinge 100%.

Tais discrepâncias dinâmicas podem ser constatadas também a partir de estatísticas relativas à carga tributária, que apontam relação inversa entre o montante de impostos e a expansão do PIB. No decênio 2002-2011, considerando o grupo das 50 maiores economias mundiais, observa-se que a grande maioria das nações com crescimento médio anual abaixo de 2% contabilizou receitas governamentais acima de 35% do PIB (gráfico 1), verificando-se, por outro lado, predominância dos países com carga tributária inferior a 30% do PIB entre as economias que avançaram a uma taxa superior a 4% ao ano no período em questão.

Por tudo isso, é certo que o atingimento de um patamar mais elevado de crescimento exigirá firmeza por parte da equipe econômica, que não poderá ceder às pressões populistas e corporativistas, abandonando o imediatismo e investindo no longo prazo.

GRÁFICO 1 - CARGA TRIBUTÁRIA E CRESCIMENTO ECONÔMICO - 50 MAIORES ECONOMIAS MUNDIAIS - MÉDIA DO PERÍODO 2002 - 2011



FONTE: FMI

# BRASIL: CÂMBIO, CRESCIMENTO E AS TRANSAÇÕES GLOBAIS DE COMÉRCIO

Francisco José Gouveia de Castro\*

Recentemente, a Organização Mundial do Comércio (OMC) divulgou os dados consolidados das transações globais em 2012, apontando para a perda de espaço do Brasil no comércio global, que, de US\$ 482,3 bilhões, em 2011, contabilizou 465,7 bilhões em 2012, reduzindo sua participação de 1,4% para 1,3%, em consequência da queda das vendas e das compras externas no ano passado. As compras brasileiras caíram 1,6%, em sintonia com a média mundial, e as vendas retraíram 5,3% em relação ao ano anterior.

Ainda de acordo com as informações da OMC, o país ficou no 22.º lugar no *ranking* que inclui as transações dentro da zona do euro, com a liderança dos Estados Unidos, China e Alemanha, em um contexto de restrição geral, especialmente dos membros da Eurozona, na tentativa de proteção de seus mercados. Não por acaso, percebem-se iniciativas de desvalorização cambial nos países de economia emergente, restringindo a política de competitividade à adoção de medidas de depreciação cambial (tabela 1).

TABELA 1 - VARIAÇÃO DA COTAÇÃO DA TAXA DE CÂMBIO - PAÍSES SELECIONADOS - 2011-2012

MOEDA	VARIAÇÃO (%)
Euro - €/US\$	-0,3
Iene japonês - u.m.c./US\$	0,0
Libra esterlina - US\$/£	-1,2
Peso argentino - u.m.c./US\$	10,4
Peso mexicano - u.m.c./US\$	6,0
Peso chileno - u.m.c./US\$	0,5
Won coreano - u.m.c./US\$	1,7
Rublo russo - u.m.c./US\$	5,0
Rand sul-africano - u.m.c./US\$	13,1
Rúpia indiana - u.m.c./US\$	14,5
Lira turca - u.m.c./US\$	7,2
Iuan chinês - u.m.c./US\$	-2,3
Rúpia da Indonésia - u.m.c./US\$	7,1
Dólar australiano - US\$/u.m.c.	0,6
Dólar canadense - US\$/u.m.c.	-1,0
Real - R\$/US\$	8,9

FONTE: Banco Central do Brasil  
NOTA: Elaboração do IPARDES.

No caso do Brasil, a desvalorização aconteceu em meados de 2012, quando a cotação estava abaixo de R\$ 1,70, passando inicialmente, para uma banda de R\$ 1,70 a R\$ 1,90, depois para outra de R\$ 1,90 a R\$ 2,00 e, finalmente, para R\$ 2,00 a R\$ 2,05, fechando a média anual em R\$ 2,04, ante a média de R\$ 1,90, em 2011.

Na prática, a depreciação do real tornaria a indústria mais competitiva. Contudo, para que isso atraia recursos para os setores produtores de bens comerciáveis é preciso que seus efeitos não sejam neutralizados pelos aumentos de preços, o que pressupõe que uma desvalorização cambial ao lado de um aumento de salários não altera a taxa real de câmbio.

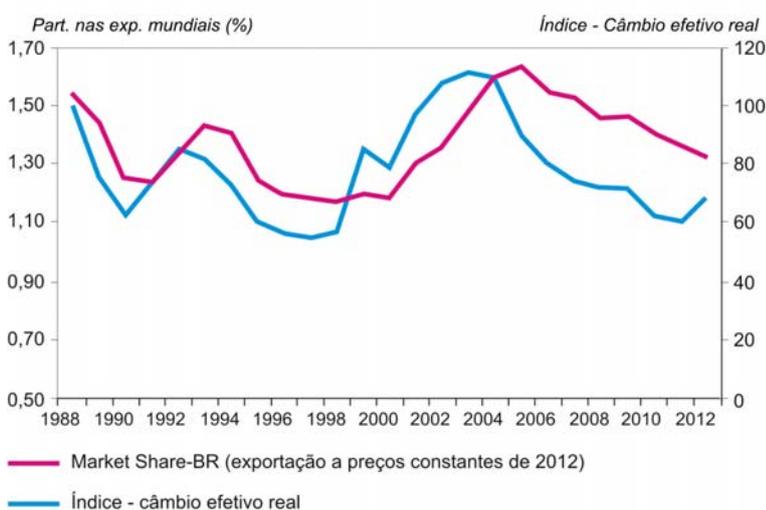
Por certo, a redução das necessidades de financiamento do setor público, por meio da redução das despesas correntes, proporciona condições para a flexibilização da política monetária, com a combinação entre a diminuição de emissão de títulos públicos e o aumento da liquidez do sistema financeiro, tornando menos atrativas as aplicações atreladas à taxa básica de juros, o que inibe o ingresso de recursos especulativos estrangeiros e favorece a desvalorização competitiva do real.

\* Economista, Coordenador do Núcleo de Macroeconomia e Conjuntura do IPARDES.

Tanto é assim que países como Coreia do Sul, Chile e China mantiveram competitivas suas taxas reais de câmbio, ao mesmo tempo em que, através de cortes dos gastos públicos, mantiveram a inflação controlada e o equilíbrio fiscal, criando expectativas de quedas sustentáveis das taxas de juros. No caso dos países asiáticos, estes assumiram um câmbio depreciado, gerando superávits nas contas-correntes e exportação de capitais.

De fato, tal observação retoma a discussão da proposta de promover o crescimento econômico através da sustentação de um câmbio real depreciado, pressupondo o crescimento “voltado para fora”, até porque as evidências apontam para a aderência da participação do Brasil nas exportações mundiais com a taxa de câmbio efetiva real aqui praticada (gráfico 1). Por outro lado, no País, a abertura da conta de capitais desencadeia a valorização do real, promovendo ingressos de recursos, que não são utilizados para complementar a poupança interna e elevar a taxa de investimento; ao contrário, tais haveres servem para o aumento do consumo.

GRÁFICO 1 - PARTICIPAÇÃO DO BRASIL NAS EXPORTAÇÕES MUNDIAIS E TAXA DE CÂMBIO EFETIVA REAL - 1988-2012



FONTES: FMI, UNCTAD, MDIC-SECEX-BCB

Uma análise mais pormenorizada das transações comerciais nacionais permite verificar o recuo concomitante das vendas e compras externas do país em 2012, mesmo diante das medidas denodas, porém duvidosas, na política econômica (valorização nominal do dólar em paralelo aos estímulos fiscais), o que resultou no pior desempenho entre as grandes economias, uma vez que as exportações encerraram o ano de 2012 com valor de US\$ 242,6 bilhões, e as importações, com US\$ 223,1 bilhões, apontando retração de 5,3% e 1,4%, respectivamente, em relação a 2011 (tabela 2).

Não por acaso, a queda das exportações se deu basicamente pelo efeito-preço, diferente de antanho, em que o efeito *quantum* foi preponderante nos resultados de comércio nacional, tendo como emblemático o ano de 2009 (tabela 3).

Além disso, as contas cambiais apresentaram piora em decorrência da própria diminuição do superávit da balança comercial, das remessas de dividendos das empresas instaladas no País e do déficit de serviços, liderados pelo turismo. O resultado foi um desequilíbrio nas contas-correntes de US\$ 54,2 bilhões no acumulado de 2012, equivalente a 2,4% do PIB. Contudo, é inegável que uma solidez maior na balança de pagamento do País exigirá necessariamente a manutenção da cotação do real em um nível que assegure competitividade e rentabilidade ao setor exportador.

TABELA 2 - BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA (US\$ 1.000 FOB) - 2009-2012

ANO	EXPORTAÇÃO		IMPORTAÇÃO		SALDO
	Valor (US\$ FOB)	Var. (%)	Valor (US\$ FOB)	Var. (%)	
2009	152.994.742	-22,7	127.722.343	-26,2	25.272.399
2010	201.915.276	32,0	181.768.427	42,3	20.146.848
2011	256.039.575	26,8	226.245.898	24,5	29.793.677
2012	242.579.776	-5,3	223.149.130	-1,4	19.430.645

FONTE: MDIC/SECEX

NOTA: Elaboração do IPARDES.

TABELA 3 - VARIAÇÃO DO ÍNDICE DE *QUANTUM* E PREÇO - BRASIL - 2009-2012

ANO	ÍNDICE DE PREÇOS		ÍNDICE DE <i>QUANTUM</i>	
	Exportações	Importações	Exportações	Importações
2009	-13,40	-11,13	-10,75	-16,91
2010	20,53	3,90	9,50	36,97
2011	23,20	14,28	2,92	8,92
2012	-4,94	0,93	-0,33	-2,29

FONTE: Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (FUNCEX)

NOTA: Elaboração do IPARDES.

Além da valorização do real frente ao dólar, há fenômenos não menos importantes na conjuntura das negociações internacionais do País. Cabe destacar a decepção do comportamento das *commodities*, em especial do minério de ferro, cujo valor exportado caiu 26% em 2012, sendo que sua participação no total exportado recuou de 16% para 13%, entre 2011 e 2012, além dos repasses das desonerações de impostos federais, que foram insuficientes para o aumento da competitividade dos setores contemplados com as benesses federais e a concorrência externa.

Uma vez que outros países buscam, com acordos bilaterais, facilidade de acesso a mercados dos Estados Unidos e União Europeia, aqui, procurou-se, por opções ideológicas do governo central, parcerias com governos latino-americanos, aproximando-se da Venezuela e Argentina. Tanto é assim que, devido às políticas protecionistas deste país, um dos maiores compradores externos de manufaturados brasileiros, que representa 18,1% do total manufaturado exportado, as vendas brasileiras registraram queda de 20,8% em 2012.

As projeções dos analistas de mercado apontam para um déficit de US\$ 70 bilhões nas contas correntes brasileiras em 2013, quase 30% superior ao de 2012 e aos US\$ 65 bilhões estimados pelo Banco Central para 2013. A possibilidade de financiamento do déficit projetado com investimentos estrangeiros dependerá da atratividade do País diante dos demais em desenvolvimento, o que, no seu turno, requer a superação das incertezas na condução da política econômica.

# O MERCADO BRASILEIRO DE MÁQUINAS AGRÍCOLAS

Guilherme Amorim\*

Os bons resultados da safra de verão deste ano impulsionaram a demanda por máquinas agrícolas, tratores e colheitadeiras em particular. No primeiro trimestre, de acordo com a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA), a comercialização de tratores foi 26,7% superior à registrada no mesmo período de 2012, enquanto a de colheitadeiras alcançou variação de 55,2%. Ressalve-se que a procura por equipamentos do gênero, no ano passado, foi desestimulada pela quebra de safra, provocada pela estiagem que atingiu o centro-sul do País. A base dessa comparação trimestral mostra-se, portanto, deprimida. O presente crescimento na procura por novo maquinário reflete, parcialmente, a expectativa sobre a produção esperada das culturas de época. De acordo com o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), do IBGE, a presente safra de cana-de-açúcar será 9,8% superior, em toneladas, à de 2012; e espera-se que a produção de milho cresça 6,8% e a de soja, 23,2%.

O ciclo de mecanização da colheita nos canaviais, acelerado no final da década passada, resulta de legislação – trabalhista e ambiental – mais rigorosa, com gradual restrição à queima da palha de cana. No caso do milho, o processo de incorporação de maquinário é impulsionado pela valorização dessa *commodity* no mercado internacional, na qual a demanda para a geração de etanol tem papel essencial. Sua cotação no mercado internacional variou 19,5% ao longo de 2012, de acordo com o Banco Mundial. A sofisticação dos equipamentos – preparadores de solo, pulverizadores, irrigadores e colheitadeiras – atende, portanto, a necessidade de maior produtividade. As circunstâncias em torno do cultivo de soja são semelhantes. Em setembro do ano passado, quando a semeadura se iniciou, o preço médio do grão registrava valorização externa anual de 25,3%. É natural, portanto, que a área plantada da safra atual seja 10% maior que a de 2012, de acordo com o LSPA.

A despeito da frustração provocada pelas condições climáticas adversas e dos efeitos deletérios da seca sobre a renda dos agricultores, as vendas de equipamentos agrícolas lograram, no ano passado, crescimento de 6,2%, com mais de 69 mil máquinas comercializadas (tabela 1). Os subsetores de tratores e colheitadeiras apresentaram crescimento anual de 6,7% e 17,6%, respectivamente.

TABELA 1 - COMERCIALIZAÇÃO DE MÁQUINAS AGRÍCOLAS, EM UNIDADES - BRASIL - 2002-2012

ANO	TRATORES DE RODAS	COLHEITADEIRAS	OUTRAS MÁQUINAS	TOTAL
2002	33 186	5 616	1 593	40 395
2003	29 405	5 434	2 034	36 873
2004	28 636	5 598	2 208	36 442
2005	17 543	1 533	2 549	21 625
2006	20 141	1 030	2 157	23 328
2007	30 691	2 347	1 975	35 013
2008	41 966	4 340	2 513	48 819
2009	44 206	3 683	2 265	50 154
2010	55 709	4 505	2 598	62 812
2011	52 296	5 343	7 684	65 323
2012	55 810	6 256	7 308	69 374

FONTE: Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA)

O bom desempenho desse ramo da indústria também demonstra a disponibilidade de crédito direcionado à aquisição dessa categoria de bens. Diversas unidades da Federação contam com planos de financiamento, voltados a pequenos produtores, em sua maioria. A maior fonte de recursos para aquisição de máquinas agrícolas, entretanto, é o Banco Nacional para

\* Economista, técnico da equipe permanente desta publicação.

o Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) que, através das versões do programa Finame, atende agricultores de todos os portes. Nos últimos dez anos, o desembolso anual desta linha cresceu 177% e alcançou volume de recursos superior a R\$ 8 bilhões em 2012. Desde 2009, o BNDES dispõe de linha com taxa de juros real negativa – o PSI - Bens de Capital –, que vigorará até o fim deste ano. Nesta, a aquisição de máquinas agrícolas novas é completamente financiada, com juros incidentes de 3% ao ano.

No final de abril, outro incentivo legal à mecanização de pequenas propriedades ganhou forma. Projeto de lei aprovado no Senado Federal isenta da cobrança de IPI as máquinas compradas por agricultores familiares. O projeto passa a tramitar na Câmara dos Deputados.

Dado o dinamismo do setor, é natural que exista o interesse de fabricantes não instalados no País em investir na produção local. O segmento de máquinas de baixa potência, voltadas a pequenos produtores, tem recebido maior atenção por parte das indústrias em processo de implantação. Entre os novos entrantes nesse mercado, aqueles com planos de implantação mais avançados são os grupos LS MTron, de capital sul-coreano, e Mahindra, indiano. As linhas de montagem de ambas as empresas têm capacidade de gerar 5 mil unidades anualmente e devem entrar em funcionamento ao longo de 2013. Para além de tratores, no próximo ano espera-se que a Ombu, companhia argentina, passe a fabricar em território nacional seus equipamentos – embutidores de grãos e carretas graneleiras.

A ANFAVEA estima que o ramo tem potencial de dobrar seu faturamento nos próximos dez anos. Tal previsão baseia-se na obsolescência de colheitadeiras em seis anos, e de tratores em período de oito a dez anos. A competição nesse mercado em ascensão exige que empresas estabelecidas há mais tempo no Brasil invistam no desenvolvimento local de produtos. Tanto a New Holland, divisão agrícola do grupo Fiat, quanto a John Deere, multinacional estadunidense, incorporarão centros de pesquisa às suas operações no País. Essa estratégia é conducente, também, à vigência de padrões de emissão de poluentes mais rigorosos a partir de 2017.

Este ramo possui relevante participação no conjunto da indústria. Responde nacionalmente por 0,85% do valor da transformação industrial (VTI) e por 1,06% do valor bruto da produção (VBP), de acordo com a Pesquisa Industrial Anual de 2010, realizada pelo IBGE. Ademais, os serviços demandados pelo setor, inclusive aqueles de manutenção, são responsáveis por 0,68% do VTI. De acordo com a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), essa divisão da indústria empregava formalmente 72.738 pessoas no final de 2011 – 0,9% do conjunto de trabalhadores da indústria de transformação. Desde então, até março deste ano, agregou outros 5.434 vínculos, de acordo com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED).

Os produtos tendem a absorver mais tecnologia, à medida que os canais de financiamento mantenham-se hígidos, a capacidade de treinamento dos operadores e técnicos se expanda, e a estrutura de assistência técnica e manutenção torne-se mais célere. Uma das direções prováveis para a difusão dos avanços técnicos diz respeito à agricultura de precisão, que utiliza instrumentos de cálculo geoespacial para gerenciar custos, com otimização do uso de insumos e minimização de riscos ambientais. Aproximadamente 10% do maquinário fabricado atualmente no País possui essa tecnologia embarcada; nos Estados Unidos, esse percentual é superior a 40%.

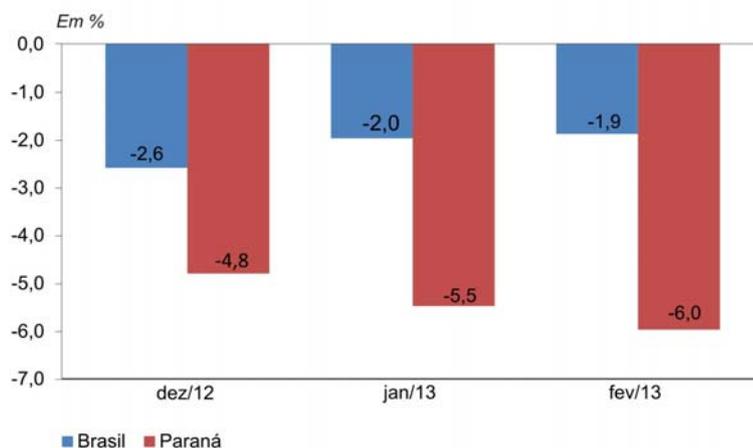
O receio de que equipamentos mais sofisticados – e menos poluentes – sejam proibitivamente caros para os adquirentes não é realista. A competição entre fabricantes, a existência de mecanismos confiáveis de crédito e caucionamento e, especialmente, a progressão da renda dos agricultores através de ganhos de produtividade, tendem a manter preços em patamares acessíveis.

# A PRODUÇÃO INDUSTRIAL PARANAENSE NO PRIMEIRO BIMESTRE DE 2013

Ana Sílvia Martins Franco\*

A produção industrial física no Paraná iniciou o ano de 2013 seguindo a trajetória descendente observada a partir de junho de 2012, de acordo com as estatísticas da Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física (PIM-PF), divulgadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Após encerrar 2012 com retração de 4,8%, a produção fabril paranaense encolheu 6% em fevereiro de 2013, considerando-se o acumulado dos últimos 12 meses. Em janeiro, a queda havia sido de 5,5%. O resultado registrado pela indústria no Estado seguiu a queda apresentada pelo País, contudo ficou abaixo da média nacional, que foi de -2% em janeiro e -1,9% em fevereiro de 2013 (gráfico 1).

GRÁFICO 1 - PRODUÇÃO INDUSTRIAL DO BRASIL E PARANÁ NO ACUMULADO DE 12 MESES - DEZ/12-FEV/13



FONTE: IBGE

NOTA: Elaboração do IPARDES.

No acumulado dos dois primeiros meses de 2013, a indústria paranaense recuou 4,7%, contra expansão de 1,1% para a média do País. A produção industrial do Paraná apresentou resultado superior apenas ao registrado pelo Estado do Espírito Santo, com declínio de 10,7% (tabela1).

TABELA 1 - PRODUÇÃO FÍSICA INDUSTRIAL SEGUNDO UNIDADES DA FEDERAÇÃO - JAN-FEV/2013

UF	VARIAÇÃO (%)
Rio de Janeiro	8,3
Ceará	8,0
Bahia	2,6
Goiás	2,4
São Paulo	2,2
Rio Grande do Sul	1,5
Minas Gerais	-0,1
Santa Catarina	-0,4
Pará	-1,2
Pernambuco	-2,0
Amazonas	-2,6
Paraná	-4,7
Espírito Santo	-10,7
BRASIL	1,1

FONTE: IBGE

\* Economista, técnica da equipe permanente desta publicação.

O fraco desempenho da indústria no Paraná é reflexo da queda nas exportações, oriunda da redução da demanda externa, agravada pela crise da Europa e pelo aumento nas importações, decorrente do câmbio apreciado, que faz com que o setor perca competitividade. Não por acaso, as exportações de produtos industrializados no Estado apresentaram retração de 19,5% no primeiro bimestre de 2013, enquanto as importações registraram alta de 35,9% em relação ao mesmo período de 2012.

Outro fator que contribuiu para o resultado negativo da produção fabril no Estado, no primeiro bimestre do ano, foi a queda da produtividade do trabalho. Enquanto o número de horas pagas cresceu 1,3%, o declínio da produtividade média do trabalho – obtida através da razão entre a variação da produção industrial e do número de horas pagas – registrado pela indústria paranaense foi de -5,9%.

A atividade de edição e impressão foi a que apresentou o pior desempenho no primeiro bimestre de 2013, com retração de 45,8% – no acumulado de 12 meses a queda foi de 32,3% –, seguido pelo setor de papel e celulose, que variou -6,5% (tabela 2). Esses resultados podem estar relacionados com a queda do emprego na indústria, pois conforme apuração da Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário (PIMES), divulgada pelo IBGE, o setor de papel e gráfica no Paraná apresentou retração de 5,2%. Ademais, de acordo com o Sindicato das Indústrias Gráficas no Estado do Paraná (SIGEP), além de não receber benefícios fiscais, assim como outros segmentos no país, a indústria gráfica no Paraná sofre com o impacto dos importados e também não consegue repassar aos preços o incremento de custos.

Deve-se considerar também que, além da redução na produção de livros e impressos didáticos, a base de comparação – fevereiro de 2012 – é bastante alta, visto que no mesmo período do ano passado, com o aquecimento do setor manufatureiro regional, a atividade havia registrado crescimento acumulado de 48,63%.

TABELA 2 - PRODUÇÃO INDUSTRIAL NO PARANÁ SEGUNDO ATIVIDADE INDUSTRIAL – FEV/13

SETOR	PRODUÇÃO INDUSTRIAL (%)	
	ACUMULADO JAN-FEV/2013 <sup>(1)</sup>	ACUMULADO DE 12 MESES <sup>(2)</sup>
Alimentos	6,4	2,3
Bebidas	2,3	3,0
Madeira	8,4	13,6
Celulose, papel e produtos de papel	-6,5	-2,0
Edição, impressão e reprodução de gravações	-45,8	-32,3
Refino de petróleo e álcool	-3,0	1,1
Outros produtos químicos	10,9	-6,3
Borracha e plástico	-5,0	-2,1
Minerais não metálicos	-2,6	-3,5
Produtos de metal - exclusive máquinas e equipamentos	-2,1	-1,3
Máquinas e equipamentos	1,8	-0,2
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	63,8	9,3
Veículos automotores	15,3	-11,6
Mobiliário	15,3	10,2

FONTE: IBGE

NOTA: Elaboração do IPARDES.

(1) Base: Igual período do ano anterior.

(2) Base: Últimos 12 meses anteriores.

O setor de refino de petróleo e álcool registrou queda de 3% no acumulado de 2013, em razão, essencialmente, de sazonalidade, especialmente no mês de fevereiro, marcado por menor número de dias trabalhados.

Em relação à produção da indústria automotiva, observa-se contração de 11,6%, no acumulado de 12 meses, que está ligada à paralisação em algumas empresas, devido a férias coletivas e à suspensão da produção em uma das montadoras, com unidade em São José dos Pinhais, para obras de ampliação e modernização de seu parque. Além disso, cabe destacar que a redução do IPI não incentivou as empresas a produzir mais, tendo sido a medida aproveitada para a desova de estoques.

Não obstante os resultados da produção física industrial, o Paraná permanece no topo do *ranking* em crescimento do emprego na indústria. De acordo com a PIMES, o pessoal ocupado assalariado na indústria do Estado apresentou, no primeiro bimestre de 2013, crescimento de 1,7%, enquanto no Brasil registrou queda de 1,2%. Segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), nos dois primeiros meses do ano, o Estado do Paraná criou 9.408 postos de trabalho na indústria de transformação, o que o posiciona na 5.<sup>a</sup> colocação.

Além disso, a indústria de transformação no Paraná utilizou 78,9% de sua capacidade instalada em fevereiro de 2013, nível superior ao registrado no mesmo mês em 2012 (76,2%), segundo a Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP). Ademais, houve aumento de 0,8% nas compras de insumos industriais.

Estes fatos, aliados aos efeitos do aumento da renda proporcionado pela safra agrícola do Estado, e também à maturação dos investimentos do Programa Paraná Competitivo, sinalizam recuperação da indústria paranaense nos próximos meses.

# A INDÚSTRIA DE CELULOSE E O INVESTIMENTO DA KLABIN

Patricia Adriana Ostapechen Krüger\*

Está prevista para o primeiro semestre a construção da fábrica de celulose do grupo Klabin em Ortigueira, município que integra a mesorregião Centro-Oriental do Paraná. O empreendimento, orçado em R\$ 6,8 bilhões e que ocupará área de aproximadamente 830 hectares, é o maior investimento privado da história do Estado, devendo empregar, quando em plena operação, aproximadamente 1,4 mil pessoas nas áreas industrial e florestal, com perspectiva de geração de outras 8 mil ocupações durante o ápice das obras de implantação.

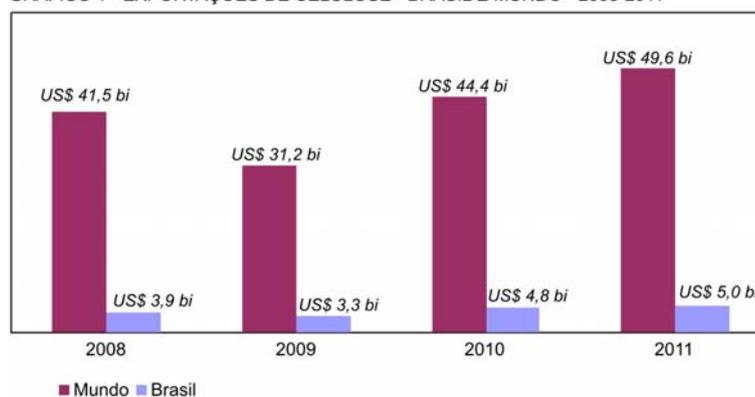
Diante da relevância desse complexo industrial, o presente texto procura apresentar um breve exame da atual condição do mercado de celulose e do desempenho recente da citada atividade econômica em nível nacional, com o intuito de contribuir para a compreensão de alguns fatores macroambientais que influenciaram aquela decisão favorável de investimento no território paranaense.

Em primeiro lugar, é preciso considerar que as exportações mundiais de celulose, segundo a United Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD), avançaram 6,18% ao ano, no período 2008-2011, não obstante a crise internacional, o que demonstra o aquecimento da demanda. Acompanhando essa expansão, as vendas externas de celulose do Brasil evoluíram 8,5% ao ano em idêntico intervalo, saltando de US\$ 3,9 bilhões em 2008 para US\$ 5,0 bilhões em 2011 (gráfico 1), de acordo com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC).

Em consequência das condições externas favoráveis, mas também influenciada pelo aumento do consumo doméstico, a produção nacional de madeira para fabricação de pasta celulósica vem crescendo substancialmente, com expansão média anual de 9,3% no quadriênio 2008-2011, alcançando 75,9 milhões de metros cúbicos no final do período em questão (tabela 1), conforme o IBGE.

Como reflexo da evolução dos preços, o valor da produção da matéria-prima registrou elevação mais acentuada, da ordem de 18,5% ao ano, suplantando, somente a título de comparação, o crescimento médio anual de 9,0% da receita nominal gerada pelas lavouras temporárias em idêntico intervalo.

GRÁFICO 1 - EXPORTAÇÕES DE CELULOSE - BRASIL E MUNDO - 2008-2011



\* Economista, técnica da equipe permanente desta publicação.

FONTES: UNCTAD, MDIC-SECEX

TABELA 1 - QUANTIDADE PRODUZIDA E VALOR DA PRODUÇÃO DA MADEIRA EM TORA PARA PAPEL E CELULOSE - BRASIL - 2000-2011

ANO	QUANTIDADE PRODUZIDA		VALOR DA PRODUÇÃO	
	m <sup>3</sup>	Var. (%)	R\$ mil	Var. (%)
2000	46 009 475	-	699 784	-
2001	40 999 323	-10,9	730 243	4,4
2002	43 351 684	5,7	825 194	13,0
2003	49 531 483	14,3	1 302 489	57,8
2004	46 284 834	-6,6	1 538 770	18,1
2005	54 698 479	18,2	2 337 218	51,9
2006	55 114 729	0,8	2 548 486	9,0
2007	60 964 307	10,6	2 836 487	11,3
2008	58 181 842	-4,6	2 760 266	-2,7
2009	65 345 680	12,3	3 255 171	17,9
2010	69 778 615	6,8	3 856 289	18,5
2011	75 882 049	8,7	4 589 921	19,0

FONTE: IBGE

Na etapa manufatureira, a trajetória também é ascendente, com o Valor da Transformação Industrial (VTI) do segmento de celulose saltando de R\$ 5,6 bilhões em 2008 para R\$ 6,5 bilhões em 2010, correspondendo a um aumento de participação de 0,86% para 0,89% no total da renda gerada pela indústria de transformação brasileira. O pessoal ocupado nas empresas do ramo atingiu 12,3 mil em 2010, suplantando em 18,9% o contingente de 2008, segundo a Pesquisa Industrial Anual (PIA) do IBGE.

Por tudo isso, não há dúvida quanto à influência do propício macroambiente na decisão da Klabin de implantar nova fábrica no Estado. Deve-se ressaltar ainda que a produtividade florestal no Brasil é muito elevada, considerando que 100 mil hectares ocupados por eucalipto e pinus são suficientes para abastecer uma fábrica com capacidade de produzir 1,5 milhão de toneladas de celulose por ano, *versus* 300 mil hectares nos países ibéricos, e 720 mil hectares nos países escandinavos. Tal diferencial de produtividade se deve ao solo, clima e altitude encontrados no Brasil.

A indústria de celulose ostenta participação expressiva na dinâmica socioeconômica das regiões, em geração de emprego e renda, além da realização de projetos nas áreas de educação, saúde e preservação ambiental.

## AGROINDÚSTRIA

### Cooperativa Cativa construirá fábrica de ração

Sediada em Londrina (Região Norte Central Paranaense), a Cooperativa Cativa investirá R\$ 7 milhões na construção de uma fábrica de ração. A entidade também pretende expandir sua rede de comercialização de insumos agropecuários. Atualmente, a Cativa possui 15 estabelecimentos do gênero e pretende abrir outros 7 até 2017.

Fundada em 1964, a cooperativa reúne 2.008 associados e registrou receita de R\$ 44,5 milhões em 2012 – crescimento de 10% em relação ao ano anterior. A produção de leite e a rede de lojas responderam por metade deste valor. O processamento do leite é realizado na estrutura da CONFEPAR, organização que congrega outras sete cooperativas e na qual a Cativa tem 31% da participação societária.

LIMA, Marli. Cativa, de Londrina, diversifica suas operações. *Valor Econômico*, São Paulo, 07 mar. 2013. Empresas, p. B15.

### Novo moinho de trigo em Ponta Grossa

Projeto conjunto das cooperativas Batavo Agroindustrial, Castrolanda e Capal Agroindustrial, moinho para beneficiamento de trigo será construído em Ponta Grossa (Região Centro-Oriental Paranaense). Estima-se que o empreendimento demandará R\$ 66 milhões.

As três entidades também investirão R\$ 17 milhões na ampliação da planta da Frísia, da qual são sócias. Inaugurada em 2012 no mesmo município, a Frísia é voltada ao processamento de leite e derivados. O projeto prevê o desenvolvimento de novos produtos nessa unidade industrial.

BATAVO terá moinho de trigo em Ponta Grossa. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 20 abr. 2013. p. 20.

## INDÚSTRIA

### Furukawa investirá US\$ 30 milhões até 2014

Estabelecida na Cidade Industrial de Curitiba desde 1977, a Furukawa planeja investir US\$ 30 milhões entre 2013 e 2014, almejando crescimento de 50% em sua produção. A companhia fabrica diversos modelos de cabos de fibra óptica, utilizados em telecomunicações, e recentemente voltou a investir no setor de transmissão de energia elétrica, com a introdução de linhas de *optical ground wire* (OPG), equipamento que substitui cabos metálicos.

A operação brasileira da Furukawa, de capital japonês, equivale a cerca de 2% do faturamento global da empresa, estimado em US\$ 10 bilhões.

BALDRATI, Breno. Desoneração de redes de banda larga anima empresa. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 05 mar. 2013. p. 21.

BALDRATI, Breno. Furukawa volta a atuar em energia. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 05 mar. 2013. p. 21.

### Unidade industrial da Mars demandará R\$ 140 milhões

A indústria de alimentos, chocolates, confeitos e ração animal Mars, de capital estadunidense, implantará fábrica no Paraná. Prevê-se que a construção da unidade demandará R\$ 140 milhões e que a mesma entre em funcionamento em 2015. Inicialmente, a planta produzirá ração para animais domésticos. O projeto prevê, também, a exportação de farinha proteica, um dos insumos desse produto, para as unidades europeias da empresa.

\* Elaborado com informações disponíveis de 1.º/03/2013 a 30/04/2013.

\*\* Economista, técnico da equipe permanente desta publicação.

Fundada em 1911 e presente no Brasil desde 1978, a Mars possui atualmente três fábricas de ração e uma de alimentos no País. No ano passado, seu faturamento global alcançou US\$ 30 bilhões.

CUNHA, Lilian. Mars investe R\$ 140 milhões em fábrica de ração no PR. *O Estado de S. Paulo*, 07 mar. 2013. Economia, p.B11.

LIMA, Marli. Mars investe R\$ 140 milhões em fábrica no PR e planeja ampliação. *Valor Econômico*, São Paulo, 07 mar. 2013. Empresas, p.B4.

SILVA, Maria Cristina. Campos Gerais receberá fábrica da Mars Brasil. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 06 abr. 2013. p.26.

---

## Renault amplia capacidade de produção

Montadora de capital francês, a Renault completou projeto de expansão e modernização de sua planta no município de São José dos Pinhais, na Região Metropolitana de Curitiba. Essa etapa de seu plano de investimentos, que prevê aporte de R\$ 1,5 bilhão entre 2010 e 2015, consumiu aproximadamente R\$ 500 milhões e exigiu que a produção fosse paralisada por oito semanas.

A unidade passou a ter capacidade de fabricar, anualmente, 380 mil veículos – ampliação de 100 mil unidades. Cabines de pintura foram remodeladas e a linha de montagem recebeu 64 novos robôs de soldagem. Em 2012, a companhia registrou receita de R\$ 9,8 bilhões no Brasil, crescimento de 23,5% em relação ao ano anterior.

Estima-se que a fábrica continue a operar em três turnos e incorpore, ainda em 2013, novos modelos ao rol de automóveis e comerciais leves produzidos.

LAGUNA, Eduardo. Após ampliar fábrica, Renault estuda novos modelos para o Brasil. *Valor Econômico*, São Paulo, 21 mar. 2013. Empresas, p.B6.

OLMOS, Marli. Expansão da Renault já é insuficiente. *Valor Econômico*, São Paulo, 20 mar. 2013. Empresas, p.B8.

RIOS, Cristina. Sem espaço, Renault não consegue crescer. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 21 mar. 2013. p. 18.

---

## Nova linha de produção de papel-cartão da Klabin

Fabricante de papel e celulose, a Klabin instalará nova linha de produção de papel-cartão, insumo para a fabricação de embalagens, no município de Ortigueira (Região Centro-Oriental Paranaense). A companhia já opera linha do gênero em seu complexo de Telêmaco Borba, cidade da mesma região.

Estima-se que os equipamentos necessários à implantação demandem entre US\$ 750 milhões e US\$ 800 milhões, e que a produção, estimada em 400 mil toneladas por ano, se inicie no primeiro semestre de 2015. No ano passado, a empresa comercializou 670 mil toneladas de papel-cartão, crescimento de 3% em relação à marca de 2011. Aproximadamente 75% do volume produzido é absorvido pelo mercado interno. Em Ortigueira será instalada a nova planta de produção de celulose da Klabin, investimento estimado em R\$ 6,8 bilhões que também entrará em funcionamento em 2015.

FONTES, Stella; Scaramuzzo, Mônica. Klabin vai instalar máquina de cartões em Ortigueira. *Valor Econômico*, São Paulo, 04 abr. 2013. Empresas, p.B12.

RIOS, Cristina. Klabin planeja fábrica de papel-cartão. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 24 abr. 2013. p.19.

---

## SERVIÇOS

### Madero planeja expansão

A rede de restaurantes Madero, sediada em Curitiba, projeta abrir 83 novos estabelecimentos até 2017 – investimento estimado em R\$ 210 milhões. A companhia planeja crescer organicamente, abandonando o sistema de franquias. A implantação de unidades em Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo está compreendida no programa. Em 2013, a expectativa é de que sejam inaugurados 19 restaurantes, uma fábrica de pães em Curitiba e uma de hambúrgueres em Ponta Grossa (Região Centro-Oriental Paranaense).

Fundada em 2006, a empresa conta com 20 unidades em funcionamento. No ano passado, a rede Madero registrou lucro de R\$ 6 milhões.

LIMA, Marli. Durski, o madeireiro que fatura e lucra com hambúrguer. *Valor Econômico*, São Paulo, 04 mar. 2013. Empresas, p.B3.

---

# ECONOMIA PARANAENSE – INDICADORES SELECIONADOS

TABELA 1 - ÁREA, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DO PARANÁ - 1980-2013

continua

ANO	ALGODÃO			ARROZ			BATATA-INGLESA		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	336 000	561 519	1 671	390 545	638 000	1 636	42 630	521 762	12 239
1981	305 790	581 000	1 900	275 000	493 632	1 793	39 146	459 357	11 734
1982	369 500	739 000	2 000	204 000	256 620	1 258	50 460	603 553	11 961
1983	440 000	695 608	1 581	216 400	368 313	1 702	45 004	422 870	9 396
1984	322 124	611 865	1 899	196 700	242 570	1 233	40 904	505 915	12 368
1985	540 000	1 035 661	1 918	200 000	296 000	1 480	38 992	497 522	12 760
1986	415 000	768 434	1 852	140 000	206 000	1 411	40 509	416 596	10 284
1987	386 000	711 880	1 844	202 923	342 844	1 690	50 155	662 129	13 202
1988	470 000	903 107	1 922	188 615	316 732	1 679	49 464	654 282	13 227
1989	415 091	805 277	1 940	163 633	295 698	1 807	39 622	502 158	12 673
1990	490 000	852 600	1 740	151 003	253 501	1 679	41 285	616 498	14 933
1991	618 000	1 024 111	1 657	121 297	163 056	1 909	41 650	653 824	15 698
1992	704 498	972 804	1 381	134 000	217 200	1 621	43 925	683 500	15 561
1993	345 000	448 081	1 299	127 500	232 500	1 824	40 800	624 872	15 315
1994	235 000	422 541	1 798	105 301	217 466	2 065	45 069	643 865	14 286
1995	282 760	529 977	1 874	108 600	225 000	2 072	43 038	620 300	14 413
1996	182 700	287 061	1 571	96 300	205 000	2 129	49 236	716 000	14 542
1997	59 874	110 000	1 837	85 487	176 057	2 059	45 399	665 840	14 666
1998	112 994	170 358	1 508	80 521	170 080	2 113	43 510	571 854	13 143
1999	48 161	109 144	2 266	81 894	186 880	2 282	41 931	615 832	14 687
2000	54 420	126 051	2 316	79 823	179 885	2 254	36 448	648 376	17 789
2001	71 264	174 854	2 454	78 568	186 678	2 376	32 661	594 124	18 191
2002	35 958	83 970	2 335	75 717	185 245	2 447	33 782	659 353	19 518
2003	30 066	71 744	2 386	71 543	193 493	2 705	30 527	609 007	19 950
2004	47 247	89 944	1 904	68 051	182 090	2 676	29 336	580 350	19 783
2005	57 080	78 748	1 380	59 607	137 050	2 299	27 513	529 977	19 263
2006	13 870	22 567	1 627	59 287	171 913	2 900	28 239	585 310	20 727
2007	12 253	25 902	2 114	54 197	174 254	3 215	27 338	600 666	21 972
2008	6 496	16 089	2 477	47 019	172 737	3 674	27 740	680 160	24 519
2009	3 091	7 362	2 382	43 790	167 628	3 828	26 438	547 681	20 716
2010	99	203	2 051	40 455	166 848	4 124	30 079	727 433	24 184
2011	1 132	3 193	2 836	38 856	192 020	4 942	31 175	793 754	25 461
2012 <sup>(1)</sup>	1 233	1 906	1 546	35 089	178 009	5 073	29 182	746 480	25 580
2013 <sup>(1)</sup>	102	250	2 451	33 110	174 253	5 263	27 375	735 668	26 874

ANO	CAFÉ			CANA-DE-AÇÚCAR			CEVADA		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	734 152	180 000	245	57 990	4 451 480	76 763	30 172	39 172	1 298
1981	700 000	498 000	711	69 120	4 888 038	70 712	34 775	35 392	1 017
1982	303 000	96 000	317	90 000	6 840 000	76 000	35 950	27 247	758
1983	440 000	354 000	805	110 930	9 664 965	87 127	21 442	18 915	882
1984	424 000	252 000	594	121 696	8 428 836	69 261	19 574	18 400	940
1985	424 000	318 000	750	140 878	10 425 000	74 000	36 297	65 512	1 722
1986	422 825	120 000	284	160 000	11 600 000	72 500	27 600	60 000	2 174
1987	430 000	510 000	1 186	160 420	11 911 431	74 252	40 670	92 000	2 262
1988	505 581	114 000	226	156 497	11 856 032	75 759	42 498	49 485	1 164
1989	493 324	267 039	541	153 539	11 401 852	74 260	40 402	102 351	2 532
1990	426 391	156 702	368	159 417	11 736 412	73 621	28 213	50 844	1 802
1991	383 355	201 922	527	172 296	12 500 000	72 550	22 974	31 052	1 352
1992	296 000	108 000	365	184 000	13 350 000	72 554	17 700	43 326	2 448
1993	230 000	100 000	435	196 000	14 000 000	71 429	23 946	48 860	2 040
1994	184 351	81 990	445	215 796	15 945 937	73 894	14 207	27 975	1 969
1995	13 750	7 350	535	255 000	18 870 000	74 000	20 235	30 800	1 515
1996	134 000	67 000	500	294 000	23 000 000	78 231	26 110	85 430	3 272
1997	127 895	109 630	858	306 000	24 500 000	80 065	36 971	106 030	2 868
1998	128 127	135 707	1 060	310 344	26 640 767	85 843	42 957	84 371	1 964
1999	136 642	141 813	1 038	338 939	27 016 957	79 710	31 864	78 722	2 471
2000	142 118	132 435	932	327 147	23 190 410	70 887	32 135	69 146	2 152
2001	63 304	28 299	447	337 574	27 156 281	80 445	40 456	76 209	1 884
2002	129 313	139 088	1 076	358 312	28 120 716	78 481	46 750	77 862	1 665
2003	126 349	117 274	928	375 698	32 721 425	87 095	53 479	184 786	3 455
2004	117 376	152 260	1 297	398 969	33 552 515	84 098	53 819	167 450	3 111
2005	106 303	86 417	813	397 825	28 011 069	70 411	54 712	127 661	2 333
2006	100 973	139 376	1 380	444 723	34 461 627	77 490	31 745	106 891	3 367
2007	97 623	103 698	1 062	554 855	46 539 991	83 878	46 679	134 414	2 880
2008	96 804	157 882	1 631	601 656	50 958 155	84 696	36 551	150 241	4 110
2009	85 315	87 655	1 027	644 914	54 756 307	84 905	45 017	125 229	2 782
2010	82 831	138 963	1 678	652 005	55 077 630	84 553	48 824	180 804	3 734
2011	74 854	110 728	1 479	645 088	49 846 477	77 301	51 062	194 441	3 812
2012 <sup>(1)</sup>	66 749	90 555	1 357	652 041	49 840 398	76 438	51 112	160 211	3 135
2013 <sup>(1)</sup>	65 433	101 811	1 556	666 416	53 219 045	79 859	50 550	198 433	3 925

TABELA 1 - ÁREA, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DO PARANÁ - 1980-2013

conclusão

ANO	FEIJÃO			FUMO			MANDIOCA		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	815 088	462 250	567	25 104	43 582	1 736	44 640	887 810	19 888
1981	852 835	570 860	669	16 663	29 273	1 757	58 700	1 100 380	18 746
1982	879 990	666 800	758	17 510	30 000	1 713	62 500	1 218 750	19 500
1983	699 685	347 035	496	19 130	29 250	1 529	69 870	1 452 870	20 794
1984	741 001	479 108	647	19 474	34 844	1 789	73 688	1 446 258	19 627
1985	723 764	499 617	690	19 150	35 980	1 879	85 800	1 722 864	20 080
1986	627 604	215 701	344	18 300	27 914	1 525	85 800	1 700 000	19 814
1987	754 210	391 355	519	23 150	40 800	1 762	85 445	1 853 950	21 698
1988	741 920	457 692	617	22 520	44 482	1 975	85 242	1 855 328	21 765
1989	528 741	223 031	422	22 827	41 972	1 839	77 349	1 622 846	20 981
1990	550 591	279 028	507	22 502	40 315	1 792	101 854	2 184 599	21 448
1991	624 036	348 332	558	22 865	41 494	1 815	102 265	2 261 788	22 117
1992	595 894	461 162	774	31 085	61 000	1 962	100 000	2 100 000	21 000
1993	545 800	444 000	813	35 364	67 141	1 899	137 000	3 014 000	22 000
1994	589 479	526 209	893	32 768	63 027	1 923	157 625	3 419 935	21 700
1995	487 309	422 451	867	32 588	52 638	1 615	144 000	3 168 000	22 000
1996	596 125	490 854	823	34 446	59 529	1 728	115 232	2 500 000	21 695
1997	557 123	475 458	853	41 163	74 493	1 810	144 500	2 600 000	17 993
1998	564 537	494 556	876	38 624	57 273	1 483	149 934	3 241 800	21 622
1999	680 317	570 097	838	36 116	68 076	1 885	164 258	3 446 805	20 984
2000	541 082	500 948	926	33 910	64 548	1 904	182 850	3 779 827	20 672
2001	428 343	470 214	1 098	34 736	68 594	1 975	172 815	3 614 859	20 918
2002	526 457	629 059	1 195	41 890	82 303	1 965	142 892	3 463 968	24 242
2003	544 906	718 084	1 318	53 292	100 768	1 891	108 097	2 476 346	22 909
2004	503 585	664 333	1 319	67 128	134 100	1 998	150 217	2 956 771	19 683
2005	435 201	554 670	1 275	78 890	153 126	1 941	166 885	3 346 333	20 052
2006	589 741	819 094	1 389	83 602	155 533	1 860	169 705	3 789 166	22 328
2007	545 239	769 399	1 411	79 173	158 700	2 004	173 235	3 762 445	21 719
2008	508 273	776 971	1 529	73 428	148 037	2 016	149 350	3 449 726	23 098
2009	643 288	787 180	1 224	75 774	151 063	1 994	175 709	4 200 910	23 908
2010	520 798	792 010	1 521	79 266	161 137	2 033	172 214	4 012 948	23 312
2011	521 196	815 280	1 564	80 211	171 837	2 142	184 263	4 179 245	22 688
2012 <sup>(1)</sup>	478 532	700 545	1 464	70 376	156 834	2 229	179 607	4 062 906	22 621
2013 <sup>(1)</sup>	461 736	779 015	1 687	71 182	161 586	2 270	161 826	3 635 681	22 467

ANO	MILHO			SOJA			TRIGO		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	2 156 508	5 466 967	2 535	2 410 000	5 400 000	2 241	1 440 000	1 350 000	937
1981	2 161 999	5 363 109	2 481	2 266 200	4 983 210	2 199	785 000	915 000	1 166
1982	2 276 700	5 430 000	2 385	2 100 000	4 200 000	2 000	1 175 000	1 025 000	872
1983	2 361 800	5 018 870	2 125	2 022 000	4 315 000	2 134	898 265	1 066 000	1 187
1984	2 447 000	5 400 000	2 207	2 177 900	4 121 000	1 892	829 211	1 113 009	1 342
1985	2 332 840	5 803 713	2 488	2 196 370	4 413 000	2 009	1 295 548	2 696 023	2 081
1986	2 300 000	4 300 000	1 870	1 745 000	2 600 000	1 490	1 947 000	2 950 000	1 115
1987	2 846 000	7 641 800	2 685	1 718 000	3 810 000	2 218	1 717 500	3 300 000	1 921
1988	2 269 862	5 558 805	2 449	2 123 379	4 771 264	2 247	1 773 797	3 250 000	1 832
1989	2 137 234	5 296 080	2 478	2 399 993	5 031 297	2 096	1 829 680	3 207 000	1 753
1990	2 079 784	5 160 823	2 481	2 267 638	4 649 752	2 050	1 197 149	1 394 052	1 164
1991	2 358 797	4 827 112	2 046	1 972 538	3 531 216	1 790	1 082 358	1 825 959	1 687
1992	2 610 000	7 370 000	2 824	1 794 000	3 417 000	1 905	1 220 000	1 600 000	1 311
1993	2 703 000	8 158 000	3 018	2 076 000	4 817 000	2 320	696 000	1 023 000	1 470
1994	2 512 859	8 162 472	3 248	2 154 077	5 332 893	2 476	599 070	1 012 439	1 690
1995	2 727 800	8 960 400	3 285	2 199 720	5 624 440	2 557	579 000	960 000	1 658
1996	2 463 000	7 911 000	3 212	2 392 000	6 448 800	2 696	1 024 480	1 977 030	1 930
1997	2 503 003	7 752 217	3 097	2 551 651	6 582 273	2 580	899 024	1 629 226	1 812
1998	2 229 524	7 935 376	3 559	2 858 697	7 313 460	2 558	893 302	1 509 420	1 690
1999	2 520 818	8 777 465	3 482	2 786 857	7 752 472	2 782	707 518	1 446 782	2 045
2000	2 233 858	7 367 262	3 298	2 859 362	7 199 810	2 518	437 761	599 355	1 369
2001	2 820 597	12 689 549	4 499	2 821 906	8 628 469	3 058	873 465	1 840 114	2 107
2002	2 461 816	9 857 504	4 004	3 316 379	9 565 905	2 884	1 035 501	1 557 547	1 504
2003	2 843 704	14 403 495	5 065	3 653 266	11 018 749	3 016	1 197 192	3 121 534	2 607
2004	2 464 652	10 953 869	4 444	4 007 099	10 221 323	2 551	1 358 592	3 051 213	2 246
2005	2 003 080	8 545 711	4 266	4 147 006	9 535 660	2 299	1 273 243	2 800 094	2 199
2006	2 507 903	11 697 442	4 664	3 948 520	9 466 405	2 397	762 339	1 204 747	1 580
2007	2 730 179	13 835 369	5 068	4 001 443	11 882 704	2 970	820 948	1 863 716	2 270
2008	2 969 632	15 414 362	5 191	3 967 764	11 764 466	2 965	1 153 251	3 216 590	2 789
2009	2 783 036	11 159 845	4 010	4 077 142	9 410 791	2 308	1 308 782	2 482 647	1 916
2010	2 261 992	13 540 981	5 986	4 479 869	14 091 821	3 146	1 172 860	3 419 293	2 916
2011	2 470 694	12 441 626	5 036	4 555 312	15 457 911	3 393	1 053 924	2 427 721	2 381
2012 <sup>(1)</sup>	3 012 357	16 456 287	5 463	4 460 455	10 942 669	2 453	776 518	2 124 127	2 735
2013 <sup>(1)</sup>	3 023 056	18 712 526	6 190	4 753 026	15 850 637	3 335	855 035	2 566 704	3 002

FONTES: SEAB/DERAL, IBGE

(1) Estimativa.

TABELA 2 - ABATES DE AVES, BOVINOS E SUÍNOS - PARANÁ - 1997-2012

PERÍODO	PESO TOTAL DAS CARÇAÇAS (t)			PERÍODO	PESO TOTAL DAS CARÇAÇAS (t)		
	Aves	Bovinos	Suínos		Aves	Bovinos	Suínos
1997	720 154	225 021	189 459	Junho	233 006	23 759	46 637
1998	854 517	236 358	193 435	Julho	241 015	21 342	60 648
1999	957 237	198 873	229 466	Agosto	249 963	21 460	62 635
2000	1 041 412	181 113	235 315	Setembro	241 461	21 183	61 548
2001	1 121 828	197 985	263 451	Outubro	244 781	24 829	53 044
2002	1 235 681	219 350	333 951	Novembro	245 610	25 796	52 868
2003	1 344 398	219 774	359 139	Dezembro	253 704	28 070	55 340
2004	1 557 656	276 808	340 645	2012 <sup>(1)</sup>	3 033 270	314 986	682 118
2005	1 788 481	308 947	367 765	Janeiro	249 459	21 202	53 588
2006	1 856 538	316 897	390 394	Fevereiro	237 860	20 894	52 105
2007	2 057 318	295 010	437 152	Março	267 575	21 204	59 047
2008	2 480 908	279 609	454 340	Abril	240 526	22 690	51 005
2009	2 489 061	282 220	509 156	Maiο	278 161	25 691	58 869
2010	2 725 634	338 599	531 514	Junho	238 902	24 911	55 936
2011	2 868 973	279 585	629 586	Julho	247 789	27 815	62 449
Janeiro	228 175	21 329	45 270	Agosto	265 675	30 791	63 619
Fevereiro	227 467	20 637	45 795	Setembro	249 489	30 053	55 058
Março	248 135	23 633	51 843	Outubro	269 728	31 501	61 744
Abril	218 169	22 487	43 411	Novembro	254 167	28 730	58 068
Maiο	237 488	25 059	50 548	Dezembro	233 939	29 503	50 631

FONTA: IBGE - Pesquisa Trimestral de Abate de Animais  
(1) Resultados preliminares.

TABELA 3 - EXPORTAÇÕES PARANAENSES, SEGUNDO FATOR AGREGADO - 1980-2013

ANO	BÁSICOS		INDUSTRIALIZADOS				OPERAÇÕES ESPECIAIS		TOTAL (US\$ mil FOB)
			Semimanufaturados		Manufaturados				
	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)	
1980	1 525 496	76,47	204 013	10,23	235 955	11,83	29 385	1,47	1 994 849
1981	1 578 294	65,71	250 316	10,42	541 587	22,55	31 827	1,33	2 402 024
1982	1 140 108	68,07	106 669	6,37	409 124	24,43	19 022	1,14	1 674 923
1983	1 012 405	69,20	79 971	5,47	349 526	23,89	21 043	1,44	1 462 945
1984	966 205	52,45	177 247	9,62	671 435	36,45	27 086	1,47	1 841 973
1985	928 902	50,89	175 665	9,62	698 346	38,26	22 551	1,24	1 825 464
1986	688 996	56,59	43 324	3,56	472 821	38,84	12 339	1,01	1 217 480
1987	969 288	59,14	120 707	7,37	533 758	32,57	15 169	0,93	1 638 922
1988	1 167 554	58,21	149 328	7,45	678 177	33,81	10 573	0,53	2 005 632
1989	1 192 665	60,13	178 327	8,99	601 886	30,35	10 462	0,53	1 983 340
1990	1 035 355	55,42	203 537	10,90	618 389	33,10	10 887	0,58	1 868 168
1991	939 248	51,75	179 988	9,96	678 770	37,56	13 223	0,73	1 807 229
1992	1 067 932	50,61	206 642	9,79	822 506	38,98	12 959	0,61	2 110 039
1993	1 191 871	48,04	192 267	7,75	1 081 457	43,59	15 548	0,63	2 481 143
1994	1 459 424	41,62	487 597	13,90	1 538 079	43,86	21 649	0,62	3 506 749
1995	1 439 114	40,34	646 613	18,13	1 463 107	41,01	18 511	0,52	3 567 346
1996	2 081 290	49,02	576 682	13,58	1 562 959	36,81	24 974	0,59	4 245 905
1997	2 524 220	52,01	560 259	11,54	1 740 382	35,86	28 727	0,59	4 853 587
1998	1 918 816	45,38	665 062	15,73	1 614 172	38,18	29 944	0,71	4 227 995
1999	1 735 682	44,14	626 797	15,94	1 528 226	38,86	41 954	1,07	3 932 659
2000	1 661 374	37,81	498 631	11,35	2 158 622	49,12	75 534	1,72	4 394 162
2001	2 280 991	42,87	561 285	10,55	2 416 688	45,42	61 247	1,15	5 320 211
2002	2 384 075	41,80	668 797	11,73	2 576 841	45,18	73 368	1,29	5 703 081
2003	2 985 014	41,70	877 848	12,26	3 217 442	44,95	77 549	1,08	7 157 853
2004	3 908 974	41,56	969 099	10,30	4 437 090	47,18	89 862	0,96	9 405 026
2005	3 297 780	32,87	993 498	9,90	5 608 205	55,89	134 049	1,34	10 033 533
2006	2 931 247	29,26	1 146 938	11,45	5 755 975	57,47	182 177	1,82	10 016 338
2007	4 233 777	34,27	1 318 847	10,68	6 630 908	53,68	169 325	1,37	12 352 857
2008	5 787 485	37,96	1 611 541	10,57	7 540 538	49,46	307 620	2,02	15 247 184
2009	4 985 127	44,42	1 304 406	11,62	4 719 959	42,06	213 335	1,90	11 222 827
2010	5 983 154	42,21	1 800 373	12,70	6 121 489	43,18	270 994	1,91	14 176 010
2011	7 952 480	45,72	2 410 778	13,86	6 645 958	38,21	385 059	2,21	17 394 275
2012 <sup>(1)</sup>	8 356 708	47,19	2 274 620	12,84	6 748 083	38,10	330 174	1,86	17 709 585
Janeiro	505 985	44,82	137 019	12,14	466 352	41,31	19 497	1,73	1 128 853
Fevereiro	483 922	38,62	142 155	11,34	594 263	47,42	32 827	2,62	1 253 168
Março	725 431	49,94	138 024	9,50	563 315	38,78	25 912	1,78	1 452 683
Abril	813 746	56,05	75 665	5,21	532 918	36,71	29 385	2,02	1 451 715
Maiο	1 078 955	53,42	266 792	13,21	628 788	31,13	45 217	2,24	2 019 752
Junho	742 085	48,26	163 679	10,64	609 311	39,62	22 702	1,48	1 537 777
Julho	795 870	53,32	180 331	12,08	492 178	32,97	24 339	1,63	1 492 718
Agosto	796 650	49,33	188 781	11,69	597 124	36,98	32 250	2,00	1 614 806
Setembro	633 459	45,28	191 312	13,68	552 905	39,52	21 277	1,52	1 398 952
Outubro	772 652	42,81	346 577	19,20	654 975	36,29	30 788	1,71	1 804 993
Novembro	491 302	37,62	252 074	19,30	539 292	41,29	23 402	1,79	1 306 070
Dezembro	516 650	41,39	192 210	15,40	516 661	41,40	22 578	1,81	1 248 099
2013 <sup>(1)</sup>	1 628 021	47,33	372 727	10,84	1 378 976	40,09	59 903	1,74	3 439 627
Janeiro	328 462	33,92	135 402	13,98	488 499	50,45	15 935	1,65	968 298
Fevereiro	532 919	49,13	89 417	8,24	441 106	40,67	21 175	1,95	1 084 617
Março	766 641	55,28	147 907	10,67	449 371	32,41	22 794	1,64	1 386 712

FONTA: MDIC/SECEX  
(1) Dados preliminares.

TABELA 4 - BALANÇA COMERCIAL PARANAENSE E BRASILEIRA - 1994-2013

ANO	PARANÁ (US\$ MIL FOB)			BRASIL (US\$ MIL FOB)		
	Exportação	Importação	Saldo	Exportação	Importação	Saldo
1994	3 506 749	1 589 440	1 917 309	43 545 167	33 052 686	10 492 481
1995	3 567 346	2 390 291	1 177 055	46 506 281	49 971 895	- 3 465 614
1996	4 245 905	2 434 373	1 811 172	47 746 726	53 345 767	- 5 599 039
1997	4 853 587	3 306 968	1 547 276	52 990 115	59 747 227	- 6 752 887
1998	4 227 995	4 057 589	170 406	51 139 862	57 763 476	- 6 623 614
1999	3 932 659	3 699 490	233 169	48 012 790	49 301 558	- 1 288 768
2000	4 394 162	4 686 229	- 292 067	55 118 920	55 850 663	- 731 743
2001	5 320 211	4 928 952	391 259	58 286 593	55 601 757	2 684 836
2002	5 703 081	3 333 392	2 369 689	60 438 653	47 242 654	13 195 999
2003	7 157 853	3 486 051	3 671 802	73 203 222	48 325 652	24 877 570
2004	9 405 020	4 026 140	5 378 879	96 677 839	62 835 616	33 842 223
2005	10 033 533	4 527 237	5 506 296	118 529 185	73 600 376	44 928 809
2006	10 016 338	5 977 971	4 038 367	137 807 470	91 350 580	46 456 889
2007	12 352 857	9 017 988	3 334 870	160 649 073	120 617 446	40 031 627
2008	15 247 184	14 570 222	676 962	197 942 443	172 984 768	24 957 675
2009	11 222 827	9 620 843	1 601 984	152 994 743	127 722 343	25 272 400
2010	14 176 010	13 956 957	219 054	201 915 285	181 760 737	20 154 548
2011	17 394 228	18 767 165	- 1 372 936	256 039 575	226 240 411	29 799 164
2012 <sup>(1)</sup>	17 709 585	19 387 102	- 1 677 517	242 579 776	223 149 130	19 430 645
Janeiro	1 128 853	1 776 026	- 647 173	16 141 225	17 447 733	- 1 306 507
Fevereiro	1 253 168	1 257 581	- 4 412	18 027 792	16 321 798	1 705 994
Março	1 452 683	1 606 642	- 153 960	20 910 732	18 891 042	2 019 691
Abril	1 451 715	1 579 781	- 128 066	19 556 298	18 686 692	879 607
Maio	2 019 752	1 771 381	248 371	23 214 807	20 255 010	2 959 797
Junho	1 537 777	1 528 009	9 768	19 352 834	18 549 068	803 767
Julho	1 492 718	1 532 760	- 40 042	21 003 237	18 132 999	2 870 239
Agosto	1 614 806	1 859 324	- 244 519	22 380 911	19 156 324	3 224 587
Setembro	1 398 952	1 491 218	- 92 266	19 998 383	17 445 679	2 552 704
Outubro	1 804 993	1 668 366	136 626	21 763 368	20 104 128	1 659 240
Novembro	1 306 070	1 879 475	- 573 405	20 471 896	20 659 147	- 187 252
Dezembro	1 248 099	1 436 538	- 188 439	19 748 291	17 499 511	2 248 780
2013 <sup>(1)</sup>	3 439 627	4 425 699	- 986 072	50 836 618	55 992 445	- 5 155 827
Janeiro	968 298	1 460 451	- 492 153	15 966 728	20 006 049	- 4 039 321
Fevereiro	1 084 617	1 270 400	- 185 783	15 549 465	16 827 403	- 1 277 938
Março	1 386 712	1 694 848	- 308 136	19 320 426	19 158 993	161 432

FONTE: MDIC/SECEX

(1) Dados preliminares.

TABELA 5 - ÍNDICE DE VOLUME DE VENDAS DO COMÉRCIO VAREJISTA DO PARANÁ - 2000-2013

ATIVIDADE	ÍNDICE (base fixa: 2011 = 100)													
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Jan./12
Combustíveis e lubrificantes	91,72	94,09	110,19	117,46	121,97	119,36	99,75	102,36	104,67	103,54	104,07	100,00	108,01	93,99
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	78,90	77,08	72,65	70,22	78,27	72,79	77,22	82,30	85,45	89,23	94,33	100,00	110,22	113,54
Hipermercados e supermercados	79,06	77,72	73,50	71,10	79,28	73,12	77,47	82,60	85,62	89,44	94,36	100,00	110,57	114,31
Tecidos, vestuário e calçados	89,69	90,65	79,79	83,26	89,41	90,21	88,90	93,49	97,72	97,10	101,79	100,00	106,22	91,20
Móveis e eletrodomésticos	37,29	35,60	35,03	37,40	48,40	54,75	59,50	66,90	73,49	73,79	85,56	100,00	107,26	124,19
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	...	...	...	...	41,47	45,67	48,52	51,25	58,33	71,99	85,86	100,00	120,57	107,85
Livros, jornais, revistas e papelaria	...	...	...	...	70,67	70,65	68,04	70,93	80,57	88,49	102,23	100,00	96,61	154,67
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	...	...	...	...	6,36	11,30	17,12	21,99	43,75	69,67	95,37	100,00	92,37	78,16
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	...	...	...	...	41,89	47,78	55,48	60,59	71,31	79,09	91,71	100,00	120,56	106,08
COMÉRCIO VAREJISTA - TOTAL	63,01	62,44	62,02	62,55	69,61	68,93	70,95	75,99	81,34	85,59	93,47	100,00	109,95	109,03

ATIVIDADE	ÍNDICE (base fixa: 2011 = 100)													
	Fev./12	Mar./12	Abr./12	Mai./12	Jun./12	Jul./12	Ago./12	Set./12	Out./12	Nov./12	Dez./12	2013	Jan./13	Fev./13
Combustíveis e lubrificantes	97,13	108,61	99,81	108,74	105,99	112,74	118,92	116,96	120,62	110,05	102,54	105,09	107,75	102,42
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	106,78	112,86	108,23	103,76	103,60	106,47	107,88	105,03	106,79	110,75	136,91	114,62	122,41	106,83
Hipermercados e supermercados	107,32	113,22	108,63	103,42	103,62	106,67	108,19	105,39	106,95	111,08	137,98	115,00	122,98	107,02
Tecidos, vestuário e calçados	77,57	98,04	103,27	118,29	109,98	101,15	103,87	93,82	95,42	101,66	180,35	84,09	91,14	77,03
Móveis e eletrodomésticos	97,91	110,13	98,71	110,77	104,50	99,06	102,36	89,03	99,91	105,45	145,15	100,80	116,99	84,60
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	101,95	123,03	112,84	122,23	120,23	122,41	127,46	118,90	124,21	123,85	141,85	117,15	121,93	112,36
Livros, jornais, revistas e papelaria	131,46	107,97	83,98	90,35	83,50	90,01	93,23	82,80	53,69	53,55	134,08	130,59	144,62	116,56
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	71,77	95,72	93,79	92,65	79,37	96,50	103,96	91,47	88,38	100,83	115,85	72,90	84,51	61,29
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	88,76	105,01	112,39	117,90	113,14	112,88	114,72	106,35	125,83	127,99	215,71	108,35	121,35	95,34
COMÉRCIO VAREJISTA - TOTAL	99,93	110,25	105,48	108,19	105,50	106,90	109,66	104,13	108,08	110,16	142,10	108,03	116,31	99,74

FONTE: IBGE - Pesquisa Mensal do Comércio

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

TABELA 6 - PRODUÇÃO FÍSICA DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO DO PARANÁ, SEGUNDO SEÇÕES E ATIVIDADES INDUSTRIAIS - 1991-2013

SEÇÃO/ATIVIDADE <sup>(1)</sup>	ÍNDICE (base: média de 2002 = 100)																		
	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Indústria de transformação	74,0	77,4	86,6	94,5	89,2	92,5	97,7	101,1	99,7	99,0	102,5	100,0	105,7	116,3	117,9	116,0	123,8	134,4	131,6
Alimentos	73,3	78,2	93,3	93,6	84,2	88,9	85,8	90,6	96,2	93,9	99,3	100,0	104,7	109,8	106,1	112,2	116,1	112,8	107,9
Bebidas	58,0	51,4	44,3	56,7	74,7	66,2	61,0	62,7	67,6	71,9	91,8	100,0	94,4	98,9	106,0	121,2	120,2	122,0	126,2
Madeira	56,7	62,0	64,9	62,8	62,0	67,1	65,2	82,7	83,0	85,0	91,0	100,0	113,1	132,0	115,9	101,2	95,7	94,1	72,8
Celulose, papel e produtos de papel	90,8	95,9	99,1	103,0	101,8	104,6	114,2	113,4	112,9	117,8	104,2	100,0	100,2	104,7	112,7	114,8	114,1	133,2	132,2
Edição, impressão e reprodução de gravações	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	100,0	133,5	186,5	190,7	211,0	181,2	239,7	428,7
Refino de petróleo e álcool	70,1	74,1	84,0	94,0	82,6	96,2	96,7	93,0	107,3	102,5	108,7	100,0	99,6	87,7	96,2	97,3	93,8	100,6	100,1
Outros produtos químicos	59,0	67,5	81,3	94,4	80,7	103,9	110,1	100,1	107,5	117,8	116,4	100,0	105,4	94,4	76,4	74,4	82,5	64,6	77,8
Borracha e plástico	82,6	82,9	90,5	72,1	70,6	100,7	113,5	111,2	100,0	90,3	90,5	100,0	95,0	99,8	96,1	108,8	111,4	123,9	122,5
Minerais não metálicos	60,8	64,6	65,0	61,3	70,6	80,2	92,6	87,0	89,8	91,6	92,7	100,0	97,2	91,4	94,6	90,0	95,1	120,3	123,2
Produtos de metal - excl. máquinas e equip.	141,9	145,9	118,6	127,1	148,3	153,3	151,1	134,2	121,8	98,0	94,9	100,0	98,6	104,3	101,5	102,4	107,8	114,3	99,1
Máquinas e equipamentos	39,6	36,1	42,9	58,2	63,9	73,3	72,4	63,4	62,7	73,3	80,9	100,0	113,8	138,1	122,7	121,8	147,8	161,2	143,3
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	109,8	96,6	96,8	116,1	145,4	151,4	191,8	184,8	152,4	265,4	248,1	100,0	97,3	91,2	114,5	115,8	138,0	132,7	118,6
Veículos automotores	60,2	62,7	91,6	135,3	129,5	84,9	112,8	106,4	79,2	101,8	101,8	100,0	117,3	176,8	214,1	170,3	222,1	275,0	200,0
Mobiliário	57,2	44,4	53,5	58,1	68,7	91,9	87,8	93,4	98,7	106,2	99,0	100,0	90,7	92,9	88,2	89,9	101,6	93,3	84,8

SEÇÃO/ATIVIDADE <sup>(1)</sup>	ÍNDICE (base: média de 2002 = 100)																	
	2010	2011	2012	2013	Fev./12	Mar./12	Abr./12	Mai/12	Jun./12	Jul./12	Ago./12	Set./12	Out./12	Nov./12	Dez./12	2013	Jan./13	Fev./13
Indústria de transformação	150,3	160,9	153,1	157,3	137,6	176,4	145,6	163,8	152,3	158,7	165,9	147,2	158,2	149,6	125,1	140,6	151,2	130,0
Alimentos	116,8	117,4	119,8	90,7	96,0	114,0	113,2	136,6	125,1	137,6	142,3	130,5	132,7	117,4	101,0	99,3	97,4	101,2
Bebidas	140,4	141,6	146,6	131,2	135,3	147,7	135,6	123,5	107,4	114,5	154,2	153,1	178,4	183,4	194,7	136,3	142,1	130,5
Madeira	80,1	87,2	101,0	96,9	90,0	102,3	91,7	103,4	90,9	103,3	110,7	105,6	111,9	106,1	99,5	101,3	102,2	100,4
Celulose, papel e produtos de papel	139,3	140,8	139,4	148,0	133,5	149,4	138,6	139,2	109,0	143,7	148,0	145,0	148,8	139,5	129,7	131,7	140,1	123,2
Edição, impressão e reprodução de gravações	446,0	422,8	362,0	993,1	346,3	737,3	313,7	351,9	341,2	226,2	209,5	190,6	211,9	216,3	205,4	363,0	567,2	158,9
Refino de petróleo e álcool	91,7	102,8	105,9	96,2	95,2	97,3	101,0	118,6	107,6	109,6	122,7	108,6	111,7	94,6	107,3	92,8	99,4	86,3
Outros produtos químicos	66,9	68,5	61,6	70,5	52,7	48,0	46,4	66,4	59,1	75,0	58,1	64,4	71,5	68,2	58,8	68,3	72,5	64,1
Borracha e plástico	129,1	134,8	133,8	135,3	123,2	140,2	131,6	148,0	133,4	140,1	141,6	132,1	139,1	136,6	104,0	122,8	121,4	124,2
Minerais não metálicos	129,7	133,8	129,6	119,2	128,3	133,8	119,6	133,7	122,9	132,1	140,8	134,6	134,8	132,1	123,1	120,6	114,5	126,7
Produtos de metal - excl. máquinas e equip.	120,5	132,8	131,8	119,6	123,3	136,6	132,0	145,7	130,4	137,3	139,2	127,0	144,7	140,6	105,8	118,9	122,8	115,1
Máquinas e equipamentos	178,5	171,0	171,9	193,8	152,8	180,1	167,8	188,2	176,0	129,3	170,6	155,3	189,7	188,9	170,7	176,4	175,5	177,4
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	130,9	149,1	147,9	115,1	134,8	163,1	124,9	151,1	178,1	148,5	153,1	138,8	152,4	159,7	155,7	204,6	203,8	205,4
Veículos automotores	315,2	409,4	343,2	174,9	315,6	421,7	350,2	375,4	366,4	437,4	437,3	333,9	363,8	349,0	192,4	282,8	282,3	283,3
Mobiliário	108,6	102,7	109,0	91,2	93,5	106,9	95,7	106,7	108,4	112,5	126,2	111,0	126,7	127,4	101,9	106,4	115,1	97,8

FONTE: IBGE - Pesquisa Industrial Mensal

NOTAS: Índice sem ajuste sazonal

Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

(1) Somente atividades que apresentam produtos incluídos na amostra.

TABELA 7 - PESSOAL OCUPADO ASSALARIADO NA INDÚSTRIA PARANAENSE, SEGUNDO SEÇÕES E DIVISÕES DA CNAE - 2002-2013

SEÇÃO/DIVISÃO	ÍNDICE (base: janeiro de 2001 = 100)												
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Jan/12	Fev/12
Indústria geral	100,1	102,5	106,7	108,2	105,7	109,0	110,1	103,0	104,2	110,0	112,5	109,0	110,1
Indústrias extrativas	95,3	91,0	83,1	74,6	75,1	76,6	75,7	73,0	71,7	66,8	65,9	66,6	65,9
Indústria de transformação	100,2	102,7	107,0	108,7	106,1	109,4	110,6	103,4	104,6	110,6	113,1	109,6	110,7
Alimentos e bebidas	112,9	124,0	130,2	145,7	148,6	156,6	161,1	157,3	153,1	173,3	186,1	172,2	174,7
Fumo	151,6	139,3	171,8	176,0	172,7	203,6	146,7	166,2	168,7	178,6	184,7	215,1	247,7
Têxtil	104,5	98,9	97,5	93,0	98,0	90,6	84,6	77,5	82,9	87,5	98,3	92,7	94,6
Vestuário	109,7	119,8	137,4	143,1	130,7	127,1	114,2	97,2	93,1	88,4	73,2	80,6	78,4
Calçados e couro	94,2	84,9	77,5	87,4	100,3	104,4	100,2	91,5	103,1	91,9	84,0	91,1	88,6
Madeira	80,1	77,6	79,5	68,5	56,5	49,9	45,5	36,1	33,9	30,7	29,9	29,3	29,6
Papel e gráfica	101,8	112,3	115,9	117,0	121,5	127,5	125,0	123,3	130,7	134,6	129,7	135,5	134,5
Refino de petróleo e combustíveis	139,5	194,0	200,3	193,1	214,1	231,6	258,8	270,8	226,8	217,7	230,1	201,0	204,6
Produtos químicos	94,7	85,4	84,5	82,9	92,2	107,9	104,6	92,9	99,9	105,5	112,7	106,6	108,6
Borracha e plástico	102,9	92,1	90,5	92,8	91,2	94,7	92,2	83,8	79,9	80,1	78,8	78,8	78,0
Minerais não metálicos	115,4	112,6	116,0	119,9	113,9	129,7	134,7	130,2	128,0	131,4	140,8	136,2	140,4
Metalurgia básica	91,8	83,4	79,7	81,4	72,5	68,0	72,2	71,1	78,9	85,1	88,9	88,9	89,3
Produtos de metal <sup>(1)</sup>	95,4	97,4	96,9	99,4	101,1	96,0	103,7	103,7	111,2	121,1	121,2	110,9	123,9
Máquinas e equipamentos <sup>(2)</sup>	111,3	125,2	137,6	137,2	125,6	134,1	161,5	151,0	170,8	157,7	155,0	155,7	154,8
Máquinas e aparelhos elétricos <sup>(3)</sup>	106,9	96,7	90,5	96,2	94,7	95,0	105,1	103,2	110,9	146,5	183,1	160,8	163,3
Fabricação de meios de transporte	88,2	93,5	101,7	112,5	112,2	142,1	150,6	141,5	149,9	168,6	174,0	171,4	170,9
Fabricação de outros produtos	80,9	71,1	74,5	66,1	63,5	66,2	64,7	58,4	60,0	67,8	67,5	67,5	67,4

SEÇÃO/DIVISÃO	ÍNDICE (base: janeiro de 2001 = 100)												
	Mar/12	Abr/12	Mai/12	Jun/12	Jul/12	Ago/12	Set/12	Out/12	Nov/12	Dez/12	2013	Jan/13	Fev/13
Indústria geral	111,1	113,5	113,7	113,8	113,6	114,2	114,2	113,4	113,1	110,2	111,4	111,1	111,7
Indústrias extrativas	66,3	65,3	66,0	64,8	64,8	64,7	65,2	66,6	67,3	66,8	67,5	67,7	67,2
Indústria de transformação	111,6	114,1	114,3	114,4	114,2	114,8	114,8	114,0	113,7	110,8	112,0	111,7	112,2
Alimentos e bebidas	176,0	187,8	188,7	191,6	192,8	193,5	194,2	191,4	191,1	179,0	178,9	179,1	178,8
Fumo	301,6	295,7	251,9	222,8	104,8	104,8	106,8	117,7	120,4	127,6	293,7	251,9	335,5
Têxtil	94,8	97,1	96,9	96,1	98,0	97,6	100,3	105,0	104,2	102,4	109,3	107,1	111,4
Vestuário	76,0	73,8	73,5	72,5	72,0	72,7	70,9	69,8	68,9	68,8	71,7	70,6	72,8
Calçados e couro	84,8	85,6	85,8	84,2	82,6	82,2	81,9	81,1	80,5	80,1	79,4	80,4	78,5
Madeira	29,5	29,4	29,5	30,0	30,4	30,6	30,4	30,4	30,2	29,6	29,8	30,1	29,4
Papel e gráfica	131,2	130,0	127,9	127,6	128,5	127,4	129,3	128,7	128,5	127,7	128,0	128,1	127,8
Refino de petróleo e combustíveis	216,9	243,7	246,6	246,0	243,4	242,4	241,1	235,8	230,4	208,9	204,0	203,0	204,9
Produtos químicos	109,4	111,3	112,8	113,9	114,6	115,2	114,4	115,0	114,9	115,3	115,7	115,3	116,1
Borracha e plástico	80,4	79,9	78,0	76,5	77,5	78,2	78,9	79,0	79,9	80,1	81,0	81,1	80,8
Minerais não metálicos	142,0	141,8	141,1	139,4	140,6	142,7	141,8	142,3	142,1	138,6	142,5	142,4	142,5
Metalurgia básica	89,9	90,7	90,1	90,7	89,9	89,7	87,9	87,8	86,5	85,7	87,1	86,7	87,4
Produtos de metal <sup>(1)</sup>	125,3	126,6	126,8	123,3	124,0	122,7	120,1	118,3	118,3	114,8	118,3	116,3	120,4
Máquinas e equipamentos <sup>(2)</sup>	154,8	155,3	155,2	154,1	154,1	155,3	155,1	155,7	155,6	154,1	156,5	155,8	157,2
Máquinas e aparelhos elétricos <sup>(3)</sup>	176,9	184,3	191,1	193,1	188,3	186,1	191,1	189,4	187,5	185,7	177,0	177,3	176,7
Fabricação de meios de transporte	174,6	174,0	173,6	174,3	172,3	180,5	179,9	172,2	172,9	172,0	173,6	173,5	173,6
Fabricação de outros produtos	67,7	68,2	68,6	68,0	66,4	66,1	66,4	68,1	67,8	68,0	70,1	69,9	70,2

FONTE: IBGE - Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário

NOTA: Índice sem ajuste sazonal.

(1) Não inclui máquinas e equipamentos.

(2) Não inclui máquinas e equipamentos elétricos, eletrônicos, de precisão e de comunicações.

(3) Inclui também máquinas e aparelhos eletrônicos, de precisão e de comunicações.

TABELA 8 - SALDO DO EMPREGO FORMAL NO PARANÁ<sup>(1)</sup> - 1995-2013

ANO	SETORES (número de vagas)						TOTAL
	Indústria	Construção civil	Comércio	Serviços	Agropecuária	Outros/Ignorado	
1995	-15 192	-2 923	-6 410	602	-1 448	44	-25 327
1996	-7 081	-2 096	-6 691	-16 109	-793	-35	-32 805
1997	4 464	278	6 529	-2 100	-1 000	-708	7 463
1998	-16 127	-3 658	-7 332	-4 695	-3 634	-211	-35 657
1999	3 137	-10 241	582	-1 295	-8 646	-186	-16 649
2000	8 475	-18	7 548	13 733	-1 866	271	28 143
2001	22 087	-6 701	14 536	22 888	1 026	21	53 857
2002	24 035	-1 376	21 872	14 299	-241	-	58 589
2003	18 066	-3 903	24 774	17 345	6 075	13	62 370
2004	49 092	1 417	35 049	30 151	6 938	1	122 648
2005	14 385	2 091	25 183	31 223	962	4	72 374
2006	23 697	5 955	21 205	34 294	1 245	-	86 396
2007	46 524	8 011	30 502	31 571	5 753	-	122 361
2008	22 765	13 713	33 067	35 278	6 080	-	110 903
2009	12 993	8 271	22 755	29 446	-4 381	-	69 084
2010	41 116	17 597	36 111	49 868	-2 209	-	142 483
2011	26 065	10 656	33 269	53 433	493	-	123 916
2012	14 861	5 940	28 922	37 520	1 896	-	89 139
Jan. - Mar. 2013	16 164	3 960	3 272	20 256	1 718	-	45 370

FONTE: MTE - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

NOTA: Sinal convencional utilizado:

- Dado inexistente.

(1) Levantamento financiado pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

TABELA 9 - PRODUTO INTERNO BRUTO DO PARANÁ E DO BRASIL - 2002-2012

ANO	PARANÁ <sup>(1)</sup>		BRASIL <sup>(1)</sup>	
	Valor (R\$ milhão) <sup>(2)</sup>	Variação Real (%)	Valor (R\$ milhão) <sup>(2)</sup>	Variação Real (%)
2002	88 407	...	1 477 822	...
2003	109 459	4,47	1 699 948	1,15
2004	122 434	5,02	1 941 498	5,71
2005	126 677	-0,01	2 147 239	3,16
2006	136 615	2,01	2 369 484	3,96
2007	161 582	6,74	2 661 345	6,09
2008	179 263	4,28	3 032 203	5,17
2009	189 992	-1,32	3 239 404	-0,33
2010	217 290	10,01	3 770 085	7,53
2011 <sup>(3)</sup>	241 809	4,00	4 143 013	2,70
2012 <sup>(3)</sup>	256 956	0,9	4 402 537	0,9

FONTES: IPARDES, IBGE

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

(1) Nova série das Contas Regionais (referência 2002) e das Contas Nacionais (referência 2000).

(2) Preços correntes.

(3) Estimativas do IPARDES para o Paraná. Cálculos do IBGE, para o Brasil, a partir das Contas Nacionais Trimestrais.

